

IV MOSTRA DE CONTABILIDADE DAS MISSÕES

# XVI SIMPÓSIO DE **CONTABILIDADE** DAS MISSÕES

**IV Mostra**  
de Contabilidade das Missões

**I Fórum**  
de Estudos Contábeis

**[Contabilidade: Informação e Inovação]**

## **IV Mostra de Contabilidade das Missões**

# **ANAIS**

### **Organizadores Anais:**

**Prof. Zélia Maria Mirek**  
**Prof. Rosemary Gelatti**  
**Prof. Marise Schadeck**

### **Arte – Capa:**

**Assessoria de Comunicação e Marketing**

M 915 Mostra de Trabalhos Acadêmicos de Contabilidade (IV: 2015: Santo Ângelo).

Anais da IV Mostra de Trabalhos Acadêmicos de Contabilidade das Missões. Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo / Zélia Maria Mirek...[et al.]. (Organizadoras). Santo Ângelo: Instituto Cenecista de Educação Superior de Santo Ângelo/IESA, 2015. 67 p.;

1. Mostra de Trabalhos Acadêmicos. 2. Ciências Contábeis. I. Instituto Cenecista de Educação Superior de Santo Ângelo. II Mirek, Zélia M.. III Título.

CDU: 657

## **V Mostra de Contabilidade das Missões**

### **Diretoria Geral**

**Diretor Presidente:** Deputado Federal Alexandre José Dos Santos  
**Diretor Vice-Presidente:** Edinalvo Dantas  
**Diretor vice-presidente de Comunicação e Marketing:** Rogério Auto Teófilo  
**Diretor Vice-presidente de Educação:** José Lima Santana  
**Diretor vice-presidente de Administração e Finanças:** Nilson Pacheco  
**Diretor vice-presidente de Planejamento e Patrimônio:** Ernani Soares Maia  
**Diretor vice-presidente Jurídico:** Sérgio Feltrin Correia  
**Diretora Secretária:** Prof<sup>a</sup> Anita Ortiz Corrêa  
**Diretor Conselheiro:** Irapuan Diniz de Aguiar  
**Diretor Conselheiro:** José Lima Santana  
**Diretor Conselheiro:** Rogério Auto Teófilo  
**Diretor Conselheiro:** Sérgio Feltrin Corrêa

### **Conselho Fiscal e de Assuntos Econômicos**

**Conselheiro Presidente:** Irapua Diniz Aguiar  
**Conselheiro Fiscal:** Júlio César Souza Baltharejo  
**Conselheiro Fiscal:** Laércio Segundo de Oliveira  
**Conselheira Fiscal Suplente:** Anita Ortiz Correa  
**Conselheiro Fiscal Suplente:** Aloysio Ribeiro de Almeida  
**Conselheiro Fiscal Suplente:** Pedro Alberto de Araújo Coutinho

**Diretor do IESA:** Gilberto Kerber

**Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis:** Zélia Maria Mirek

**Comissão Editorial:** Zélia Maria Mirek, Rosemary Gelatti e Marise Shadeck

Endereço do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo  
Rua Dr João Augusto Rodrigues, 471  
CEP: 98.801-015 – Santo Ângelo – RS  
Fone: 55 3313 1922 – Fax 55 3313 1922

A revisão dos textos é de inteira responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

**PERÍCIA CONTÁBIL: UMA PESQUISA NA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A  
CONTROVÉRSIA DA PRERROGATIVA DO CONTADOR, ADMINISTRADOR OU  
ECONOMISTA**

Letícia Moraes Bernardes  
Lidiane Siede Sartori  
Cibele Franco Bonoto Schafer

**IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA: HISTÓRICO E ATUALIDADES**

Daltro do Nascimento Maciel  
Darlane Carvalho Gonçalves  
Kelvin Almeida Gloger  
Thiago dos Santos

**A ORIGEM DAS EMPRESAS FAMILIARES: UM OLHAR QUE IMPLICA A PRESENÇA  
DA CULTURA NA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

Renata Francieli Gonçalves  
Daniel Knebel Baggio

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA A PF: MODELO COMPLETO E SIMPLIFICADO**

André Moss  
Jonas Vargas  
Josiani Ramos

**IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA – IRPF: ISENÇÕES PARA  
PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS**

Luciano Golubinski  
Samuel Venites  
Volmar Minozzo

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E INCLUSÃO**

Ademir Massafra  
Gustavo Ribas  
Jaime Limana  
Jonatha Simon  
Tiago Silva  
Amabilia Beatriz Portela Atrenhart  
Glaucia Maria Medeiros Thomas

**PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE SOBRE A OCORRÊNCIA DO ANATOCISMO EM  
CÁLCULOS JUDICIAIS**

Andressa Hinz  
Cristine Vanusa Winck  
Gabrielli Dal'Lachiesa Martins  
Vanessa da Silva Santos  
Rosemary Gelatti

**A MATEMÁTICA E A RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMAS**

Gláucia Medeiros Thomas

Marise Schadeck'

Amabilia Arenhart

**O SUJEITO CONTEMPORÂNEO: CULTURA E FOLCLORE**

Acadêmicas do 1º semestre de Pedagogia

Amabilia Beatriz Portela Arenhart

Roseléia Schneider

**INCENTIVOS FISCAIS: ESTUDO APLICADO AO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE SANTO ÂNGELO**

Fernanda Busatto Martins Rosa

Keila Maiara Fenner de Barros

Marivane da Silva Nascimento

**PLANO DE NEGÓCIO: ANALISANDO A FORMAÇÃO DE UMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS**

Júnior Fontana da Silva

Leonardo de Castro Jardim

Lourenço de Paula Martins

Décio Roque Braun

**NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL – NAF Triênio 2012/2013/2014**

Alexandre Novicki

Zélia Maria Mirek

Mônica Filipin Vincensi

Bryan Wildner Lopes

**O MENOR E A SUA CONDIÇÃO DE EMPREGADO: DIREITOS TRABALHISTAS RECONHECIDOS**

Joice Letícia Uecker

Larissa Donadel

Tatiele da Silva de Lima

Cibele Franco Bonoto Schafer

**MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL EM COOPERATIVA DE CRÉDITO**

Aline Strieder

Daiane Ribas Moraes

**PERÍCIA CONTÁBIL: UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA**

Jane Schmidt Quaresma

Joice Pазze

Sandra Cabreira da Silva

Rosemary Gelatti

**PLANEJAMENTO E EMPREENDEDORISMO  
COMO FERRAMENTA AUXILIAR DE GESTÃO**

Bruna Letiane da Silva  
Graziela Nowaczyk  
Jandir Deves Auth  
Décio Roque Braun

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED: vantagens e  
desvantagens para os profissionais da contabilidade**

Glaucio Wianey Silva  
Zélia Maria Mirek

**PORTAL DO TRABALHO: DISPOSITIVO DE INSERÇÃO DE ACADÊMICOS E  
EGRESSOS NO MERCADO DE TRABALHO**

Marise Schadeck  
Zélia Maria Mirek  
Cássia Renata de Oliveira

**CONTABILIDADE COMERCIAL: Diversidade de Escrituração e Procedimentos  
Contábeis em Geral**

Bruna Letícia Oliveira  
Francine Rodrigues Dornelles da Roza  
Gustavo Ramos Pavão  
Daiane Ribas Moraes

**O MERCADO DE TRABALHO EM PERÍCIA CONTÁBIL PELOS CONTADORES DE  
SANTO ÂNGELO (RS)**

Clauber Rodrigo Perkoski  
Cristiane Pereira  
Luciana Lunkes  
Rosemary Gelatti

**PROFISSIONALIZAÇÃO: UM ESTUDO EM PEQUENAS EMPRESAS FAMILIARES**

Renata Francieli Gonçalves  
Daniel Knebel Baggio

**APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DO GUIA PMBOK PARA GERENCIAMENTO DO  
PROJETO CONTÊINER SUSTENTÁVEL**

Franciele Menegon  
Junior Fontana  
Karise Siveris  
Loana Wollmann Taborda

## EDITORIAL

Considerando o contexto de mudanças que se apresenta na área contábil, é missão das Instituições de Ensino estimular os alunos para a pesquisa acadêmica, como instrumento de socialização de conhecimento e, principalmente, disseminar a pesquisa como forma de busca constante de conhecimento, especialmente em um ambiente em que a educação continuada é premissa essencial para o perfil de um profissional qualificado.

Além disso, a área contábil pela diversidade de áreas de atuação, assim como pela relação de afinidade com outras áreas, como a administração e a tecnologia da informação, possibilita uma infinidade de questões de estudo, cuja pesquisa e produção científica se tornam peculiares e essenciais no espaço acadêmico.

Na missão de compartilhar o ambiente intelectual de reflexão acadêmica, através da iniciação à pesquisa, se apresenta a IV Mostra de Contabilidade das Missões com a publicação de 23 pôsteres.

As temáticas abordadas nos trabalhos apresentados, em sua grande maioria resultam de trabalhos interdisciplinares desenvolvidos em sala de aula e, principalmente, dos Estágios Curriculares Supervisionados, como componentes curriculares do curso de Ciências Contábeis, resultando em temas específicos das áreas de Contabilidade Tributária, Controladoria, Contabilidade Comercial, além de temáticas de áreas afins a exemplo da gestão empresarial, sustentabilidade, matemática, diversidade étnica e cultural.

A IV Mostra de Trabalhos de Ciências Contábeis realizou-se nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2015 durante o XVI Simpósio de Contabilidade das Missões 2015, cujos trabalhos que ora são apresentados nestes ANAIS foram apresentados pelos autores na forma de pôsteres.

Esta IV Mostra de trabalhos foi coordenada pelas Professoras Zélia Maria Mirek, Marise Schadeck e Rosemary Gelatti.



# **PERÍCIA CONTÁBIL: UMA PESQUISA NA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A CONTROVÉRSIA DA PRERROGATIVA DO CONTADOR, ADMINISTRADOR OU ECONOMISTA\***

Letícia Moraes Bernardes<sup>1</sup>

Lidiane Siede Sartori<sup>2</sup>

Cibele Franco Bonoto Schafer<sup>3</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como objetivo a análise de laudos contábeis judiciais a partir de pesquisa realizada na jurisprudência dos tribunais brasileiros, tendo como objeto as ações judiciais nas quais o perito nomeado para a realização de perícia contábil possuía formação profissional diversa de contador, tais como economista ou administrador, entre outras especialidades. No desenvolvimento deste estudo foi possível identificar 24 (vinte e quatro) laudos contábeis judiciais onde o perito nomeado não tinha formação como Bacharel em Ciências Contábeis.

## **2 OBJETIVO GERAL**

O estudo tem por objetivo geral analisar a aceitabilidade ou não da realização de perícias contábeis por profissionais não especialistas na área contábil.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quanto ao seu objetivo, o presente estudo se classifica como pesquisa descritiva e quanto ao tratamento do objeto segue o método da pesquisa documental, pois considera e analisa casos concretos dentro da jurisprudência brasileira acerca da verificação dos profissionais que exercem função de peritos nas perícias contábeis judiciais. O presente estudo se desenvolveu através da realização de pesquisa por palavras-chaves nos *sítes* do Tribunal Regional do Trabalho da 4<sup>o</sup> Região, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e do Tribunal Regional Federal da 4<sup>o</sup> Região.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A perícia judicial trata de um procedimento determinado pelo judiciário no curso das ações com o objetivo de analisar e de investigar determinadas situações com vistas dar-se uma solução correta e adequada ao litígio. Este procedimento é realizado por um perito, ou seja, uma pessoa capacitada e especialista na área que está sendo feita a análise.

Na análise das situações identificadas na jurisprudência, se percebeu que para a realização de perícias contábeis, nem sempre são nomeados bacharéis em Ciências Contábeis, mas outros profissionais, situação que é aceita nos tribunais e que esta situação não determina a nulidade do procedimento pericial.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis do CNEC/ESA

<sup>2</sup> Acadêmicas do curso de Ciências Contábeis do CNEC/ESA.

<sup>33</sup> Professora. Orientadora do curso de Ciências Contábeis do CNEC/IESA.



Os dados e resultados obtidos ora são apresentados através da exemplificação das situações detectadas na pesquisa.

#### **4.1 Análises de laudos contábeis em que o perito é bacharel em administração.**

Foi localizado no *site* do Tribunal Regional do Trabalho da 4<sup>o</sup> Região através da palavra-chave “Nulidade Laudo contábil” o seguinte processo: ACÓRDÃO 0005500-33.2008.5.04.0001 RO no qual seus fundamentos assim expressam:

“A parte autora sustenta que apenas no momento da apresentação do laudo pericial tomou conhecimento de que o perito era administrador de empresas e não contador. Entende que muito embora o profissional tenha registro na APEJUST, isto não lhe outorga conhecimento necessário e estrito: contabilidade. (...) ainda que o perito não seja formado em contabilidade, constata-se que o "expert" nomeado é de confiança do Juízo, sendo portador de credibilidade, aliando seus conhecimentos técnicos à experiência em diversas inspeções. Desta forma, não há falar em anulação do processo (...).”

#### **4.2 Análises de laudos contábeis em que o perito é bacharel em ciências econômicas**

Foi localizado no *site* do Tribunal Regional Federal da 4<sup>o</sup> Região através da palavra-chave “laudo contábil economista” o seguinte processo: ACÓRDÃO 2005.04.01.017453-7/PR AI:

“Embargos à execução fiscal. Perícia contábil realizada por bacharel em ciências econômicas. Não há falar em nulidade da prova pericial porque a perita nomeada, embora não possua registro profissional junto ao Conselho de Contabilidade, é graduada em economia, e de reconhecida capacidade, atuando em inúmeros processos, além de ter se valido do auxílio e colaboração de um contador para elaboração do laudo pericial.”

#### **4.3 Análises de laudos contábeis em que o perito possui outras formações ou especialidades**

Foi localizado no *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul através da palavra-chave “perito técnico em contabilidade” o processo APELAÇÃO CÍVEL 70064814197:

“(...) Pedem a substituição do perito. Ouvido o perito, se manifestou afirmando que possui formação em Ciências Jurídicas e Sociais, com inscrição na OAB/RS, e que é Contador Judiciário aposentado, tendo exercido o cargo por mais de 30 anos, e realizado vários cálculos semelhantes ao da presente demanda. (...) O perito nomeado por esse Juízo possui qualificação técnica e ética para a realização da perícia para a qual foi designado.”

# IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA: HISTÓRICO E ATUALIDADES\*

Daltro do Nascimento Maciel<sup>4</sup>

Dariane Carvalho Gonçalves<sup>5</sup>

Kelvin Almeida Gloger<sup>6</sup>

Thiago dos Santos<sup>7</sup>

Zélia Maria Mirek<sup>8</sup>

## INTRODUÇÃO

O IRPF é um dos impostos mais conhecidos entre os brasileiros, afeta milhões de pessoas todos os anos. A princípio o IRPF incidia sobre os salários, depois sobre outras rendas e posteriormente avançou para os proventos de qualquer natureza, que não possuem definição própria, sendo conceituados por derivação do conceito de renda.

Com inúmeras alterações, o imposto de renda ainda gera muitas dúvidas e inseguranças na hora de declarar e anualmente a RFB busca inovações para facilitar ao contribuinte o ato da declarar.

## 2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

- Abordar os principais conceitos e definições do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).
- Destacar as principais da evolução e inovações tecnológicas;
- Apontar as condições da obrigatoriedade de declarar, e vantagens entre as modalidades de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

## 3 METODOLOGIA

No plano de pesquisa, foi utilizado o método dedutível de abordagem e investigação fundamentada em fontes doutrinárias, periódicos, revistas especializadas e site da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## 4 O IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

Não há definição exata do surgimento do IRPF, o que se percebe são movimentos que ocasionaram uma efetiva tributação sobre a renda. Segundo estudiosos no século XV a riqueza não se originava apenas da terra, havia outras atividades como o comércio e a indústria. Nóbrega (2014) aponta que naquela época foi criado um tributo conhecido como cadastro que transferiu a tributação direta sobre a renda, o cadastro conhecido como Décima Scalata, foi a primeira demonstração do ato de tributar sobre a renda.

---

<sup>4</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>5</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>6</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>7</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>8</sup> Orientadora. Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

#### 4.1 Fato Gerador

O fato gerador do IRPF é a obtenção de disponibilidade econômica de renda ou proventos (art. 43, CTN/1966) podendo ser obtido no Brasil ou exterior. O posicionamento econômico sobre renda é aquela disponível aos indivíduos após o pagamento dos impostos, ou seja, é a que representa disponibilidade para o consumo ou poupança.

#### 4.2 Formas de Declaração

Com o passar dos tempos novas formas para acompanhar as mudanças e a evolução da riqueza, foram surgindo tornando o processo ágil e eficiente. Atualmente a DIRPF é eletrônica, com preenchimento e transmissão pelo computador convencional, tablets e smartphones. Ano a ano são disponibilizadas inovações e facilidades que agilizam o preenchimento. No exercício 2015 a novidade foi a Declaração Pré-Preenchida (RECEITA FEDERAL, 2015).

### 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apuração do imposto pode ser vista da seguinte forma: sobre os rendimentos auferidos e sujeito à tributação o contribuinte poderá abater as deduções autorizadas, obtendo a base de cálculo sobre a qual será aplicada a correspondente alíquota da tabela progressiva do imposto de renda. Para escolha do contribuinte, estão disponíveis duas modalidades de declaração: Modelo Completo e Modelo Simplificado.

#### 5.1 Modelos de DIRPF

Na opção do Modelo Completo, é possibilitado deduzir as despesas previstas na legislação. O quadro 01 apresenta a Modalidade Completa.

##### Quadro 01 - Modelo Completo de DIRPF

<b>Rendimentos Tributáveis</b>
(+) Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular
(+) Recebidos de Pessoa Jurídica pelo(s) dependente(s)
(+) Recebidos de Pessoa Física/ Exterior pelo titular
(+) Recebidos de Pessoa Física/ Exterior pelo(s) dependente(s)
(+) Recebidos Acumuladamente pelo titular
(+) Recebidos Acumuladamente pelo(s) dependente(s)
(+) Resultado Tributável da Atividade Rural
<b>(=) Total</b>
(-) Contribuição à Previdência Oficial
(-) Contribuição à Previdência Complementar (FAP)
(-) Dependente(s)
(-) Despesas com Instrução (titular/dependente)
(-) Despesas Médicas (titular/ dependente)
(-) Pensão Alimentícia Judicial/ Escritura Pública
(-) Livro Caixa
<b>(=) Base de Cálculo</b>
<b>* Aplicação da tabela progressiva anual à base de cálculo</b>
(-) Incentivos e Doações limitado à 6% ou 8%
<b>(=) Imposto Devido</b>
(-) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)
<b>(=) Saldo final imposto a pagar ou a restituir</b>

Fonte – DIRPF 2015.

Quando o contribuinte optar pela Declaração Simplificada, poderá utilizar desconto padrão limitado à 20% do rendimento tributável e substitui todas as deduções, ficando o contribuinte dispensado da comprovação. Para Castro (2014) esse desconto pode ser utilizado independentemente dos rendimentos auferidos e da quantidade de fontes pagadoras.

## CONCLUSÃO

Cabe ao contribuinte antes da entrega da declaração, o ato da escolha pelo Modelo Completo ou Simplificado. O estudo apontou que a declaração simplificada é indicada para aqueles que não têm muitas despesas dedutíveis.

No completo, o contribuinte declara gastos dedutíveis com educação, dependentes, saúde, empregada doméstica e contribuição à previdência privada.

O acompanhamento anual e comparativo entre as duas modalidades tributárias existentes para o contribuinte pessoa física, garantem a melhor opção e ganho tributável.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, F. A. de. **Imposto de Renda da Pessoa Física**: Comparações Internacionais, Medidas de Progressividade e Redistribuição. Brasília, 2014.

NÓBREGA, C. B. da. **História do Imposto de Renda no Brasil**: um enfoque da pessoa física (1922-2013). Brasília: Receita Federal do Brasil, 2014.

SRFB. **Declaração / Obrigatoriedade de apresentação**. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2015/declaracao/obligatoriedade.htm>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

\*Estudo realizado no componente **ECS III** sob a orientação da Profª Zélia Maria Mirek

# **A ORIGEM DAS EMPRESAS FAMILIARES: UM OLHAR QUE IMPLICA A PRESENÇA DA CULTURA NA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

Renata Francieli Gonçalves<sup>9</sup>  
Daniel Knebel Baggio<sup>10</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A origem das empresas familiares tem características atreladas com a história da civilização e com a evolução da sociedade. No Brasil, elas ganham representatividade por ocasião da constituição das capitanias hereditárias (VIDIGAL, 1999) e, em seguida, com a presença da política pública para ocupação do território nacional, a qual estimulou a vinda dos imigrantes europeus no século XIX (VIDIGAL, 1999; ADACHI, 2006).

A gestão de uma empresa familiar torna-se representada por elementos subjetivos de sua cultura, os quais derivam do seio familiar, da história da família proprietária e do contexto histórico vivido pelos seus componentes (TEDESCO, 1999; LODI, 1999). Assim, esse tipo de empresa representa a busca por desafios diários, pois traz consigo diferentes variações comportamentais no meio em que transita.

## **2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

Este estudo tem por objetivo geral investigar na literatura as diferentes concepções sobre empresas familiares. Para atender ao objetivo proposto, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Investigar as nuances que permeiam a cultura das empresas familiares;
- ✓ Pesquisar como essas características culturais implicam na gestão deste tipo de organização.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, orientada pela expressão “empresas familiares”, realizada em livros, artigos científicos, dissertações e teses publicadas. Após a união dos materiais e de uma leitura sistematizada, foi possível realizar um levantamento temático para assimilar conceitos sobre a abordagem envolvida.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Entre os vários conceitos que perpassam pelas empresas familiares, Lodi (1998) compreende que este tipo de organização mantém sua origem e sua história conectada a uma mesma família há, pelo menos, duas gerações, ou pode ser aquela que mantém membros da família na administração dos negócios. Em outro direcionamento, Adachi (2006) considera que uma empresa familiar é aquela onde uma ou poucas famílias procuram centralizar o poder de decisão, o controle pela sociedade e eventualmente, a

<sup>9</sup> Pesquisadora Mestra, contabil01@escritoriocontacerta.com.br

<sup>10</sup> Professor Doutor - Unijui, baggiod@unijui.edu.br.

participação na gestão. Ussman (2004) conceitua empresa familiar contrapondo-a a uma empresa não familiar, a qual é caracterizada por ser uma organização gerida por profissionais que constituem em seu objetivo principal, o lucro e através dele, a sobrevivência.

Portanto, pode-se perceber que os maiores dilemas relacionados a esse tipo de organização abrangem a cultura da empresa e sua relação com a gestão da mesma. Casimiro (2003) sugere que a cultura de uma empresa deve ser considerada parte de um conjunto de pressupostos básicos, que se desenvolvem através de experiências e de aprendizagens, as quais possam ser compartilhadas pela influência de quem lidera a empresa e pelos seus funcionários mais influentes.

Desta maneira, a cultura organizacional destaca-se por seus pressupostos básicos, os quais compreendem os modos de perceber, pensar e sentir. Na gestão de uma empresa, a cultura é a responsável por estabelecer os valores considerados a essência que norteia a vida de uma empresa familiar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao considerar a origem das empresas familiares conseguiu-se relacioná-la aos diversos conceitos que abordam a cultura deste tipo de organização. A mesma abrange os valores caracterizados por orientar a vida deste tipo de organização com o intuito de mantê-las interligadas com a prática da gestão e consequentemente, ao seu planejamento.

A partir destes pressupostos foi possível concluir que há fortes relações culturais nas características que permeiam a gestão de uma empresa familiar. Isso torna-se algo positivo para este tipo de organização, pois reforça uma cultura organizacional ajustada, a qual consegue determinar um modelo de gestão adequado.

## **REFERÊNCIAS**

ADACHI, P. P. **Gestão de empresa familiar e solução de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2006.

CASIMIRO, M. **Cultura organizacional e empresas familiares da Marinha Grande: estudo de caso**. 2003. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Altos Estudos. Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.

LODI, J. B. **A empresa familiar**. 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

LODI, J. B. **Fusões e aquisições: o cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

USSMAN, A. **Empresas familiares**. Lisboa. Sílabo, 2004.

VIDIGAL, A. C. As origens da empresa familiar no Brasil. In: **Empresas familiares brasileiras: perfil e perspectivas**. São Paulo: Negócio, 1999.

# PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA A PF: MODELO COMPLETO E SIMPLIFICADO\*

André Moss<sup>11</sup>  
Jonas Vargas<sup>12</sup>  
Josiani Ramos<sup>13</sup>  
Zélia Maria Mirek<sup>14</sup>

## INTRODUÇÃO

O planejamento tributário como prática raramente é realizado pelas pessoas físicas. Poucos usam a gestão tributária como forma de minimizar os tributos e gerenciar o seu patrimônio. O conhecimento da legislação é essencial e talvez seja o maior entrave da realização do planejamento que pode levar a racionalização dos tributos pagos pelas pessoas físicas.

Este estudo relaciona a diferença do imposto pago entre o Modelo Simplificado e o Modelo Completo. Mostra os gastos passíveis de deduções e as reais vantagens ao escolher uma ou outra opção de preenchimento de declaração, associado a forma mais rentável e econômica de pagar o tributo. Apresenta um pouco da história do Imposto de Renda, conceitos e a obrigatoriedade de declarar o imposto.

## 2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

### 2.1 Objetivo Geral

Analisar a diferença do imposto pago pela pessoa física entre o Modelo Simplificado e o Modelo Completo.

### 2.2 Objetivos Específicos

- Aprimorar o conhecimento na área tributária;
- Aplicar em um trabalho prático com análise da melhor opção tributária;
- Conhecer as principais vantagens e desvantagens de cada modalidade apresentada.

## 3 METODOLOGIA

Na pesquisa, foi utilizado o método dedutível, descritiva e estudo de caso. Os dados teóricos foram pesquisados em livros, artigos, sites, regulamentos e leis. Os dados práticos obtidos de contribuintes, para devida simulação com recurso do programa do Imposto de Renda 2015. As tabelas possibilitaram a análise das informações.

---

<sup>11</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>12</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>13</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>14</sup> Orientadora. Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.



## 4 O IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

De acordo com NOBREGA (2014) o Imposto de Renda surgiu na Inglaterra, por volta do século XV e foi associado ao Leão em 1979, levando em consideração as características do felino rei dos animais, mas não ataca sem avisar, é justo, leal, mas não é bobo. Seria um aviso sobre a fiscalização do órgão contra fraudes e sonegações. E o decreto nº 3.000/99 instituiu a regulamentação do Imposto de Rendadas Pessoas Físicas.

Imposto é uma quantia paga obrigatoriamente por pessoas ou organizações para um governo, a partir de uma base de cálculo. É uma forma de tributo que tem como principal finalidade, custear o Estado.

### 4.2 Modelos de declaração do imposto de renda

No Modelo Simplificado é concedido ao contribuinte um desconto de 20% sobre todos os rendimentos tributáveis. Este desconto substitui as deduções e está limitado ao valor de R\$ 15.880,89, para exercício 2015 e não necessita de comprovação. E no Modelo Completo é necessário maior cuidado e comprovação todos recebimentos e pagamentos. Neste modelo as deduções necessitam de comprovação.

## 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A declaração de Modelo Simplificado e a de Modelo Completo diferem na forma de calcular o imposto de renda a pagar ou restituir. Na análise comparativa, esses dados são apontados.

### 5.1 Comparativo na aplicação da DIRPF

Pela análise da DIRPF pelo modelo completo e simplificado, pode-se conhecer as diferenças e particularidades de cada modalidade.

O estudo de caso aplica-se a uma pessoa física com rendimentos de três fontes pagadoras e as respectivas retenções: INSS, IRR e 13º Salário. O contribuinte possui rendimentos do trabalho não assalariado e deduz despesas escrituradas em livro caixa. Possui gastos com despesas médicas devidamente comprovados e Contribuição Previdenciária Privada (FAPI) e faz doações ao COMDICA.

No modelo completo são deduzidas todas as despesas, com a possibilidade de doação, o que não acontece no modelo simplificado, que possui o limite de desconto simplificado de 20% em contrapartida às deduções.

**Quadro 01 - Comparativo de IRPF**

COMPARATIVO			
Modelo Completo	Dados	Modelo Simplificado	Dados
Rendimentos	R\$ 202.183,24	Rendimentos	R\$ 202.183,24
Deduções	R\$ 20.932,40	Desconto 20%	R\$ 15.880,89
Base de Cálculo	R\$ 131.250,84	Base de Cálculo	R\$ 186.302,35
Imposto a Pagar	R\$ 2.563,56	Imposto a Pagar	R\$ 5.650,62

Fonte: os autores

Analisando o imposto a pagar a diferença apresentada de R\$ 3.087,06. Neste caso o contribuinte deve optar pelo Modelo Completo. Não deixando de discriminar mesmo assim todas as deduções, pois segundo o regulamento do imposto de renda é obrigatório declarar as despesas e caso essas não sejam suficientes ou não sejam vantajosas, tem o contribuinte a opção de declarar pelo modelo completo ou simplificado. O desconto do modelo simplificado não necessita de comprovação.

## CONCLUSÃO

No modelo simplificado é concedido um desconto de 20% sobre o total dos rendimentos tributáveis, sendo a melhor opção para as pessoas que não tenham muitas despesas a declarar.

Conforme o estudo de caso e a simulação no programa da Receita, a melhor opção é a declaração completa. O contribuinte tem despesas dedutíveis que ultrapassam o limite do desconto simplificado.

Na situação analisada, o contribuinte fez doação de 6% do imposto devido aos fundos da criança, adolescente e do idoso. Atestando a sua responsabilidade social como cidadão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 3.000/99** – que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto de Renda disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3000.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm).

NÓBREGA, C. B. da. **História do Imposto de Renda no Brasil**: um enfoque da pessoa física (1922-2013). Brasília: Receita Federal do Brasil, 2014.

SRFB. **Declaração / Obrigatoriedade de apresentação**. Disponível em  
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2015/declaracao/obligatoriedade.htm>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

\*Estudo realizado no componente **ECS III** sob a orientação da Profª Zélia Maria Mirek

# IMPOSTOS DE RENDA PESSOA FISICA – IRPF: ISENÇÕES PARA PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS\*

Luciano Golubinski<sup>15</sup>  
Samuel Venites<sup>16</sup>  
Volmar Minozzo<sup>17</sup>  
Zélia Maria Mirek<sup>18</sup>

## INTRODUÇÃO

Conhecido pela maioria dos brasileiros o imposto de renda afeta milhões de pessoas a cada ano. No presente estudo foram apresentadas particularidades dos benefícios dispostos na legislação do imposto de renda para os portadores de doenças crônicas, contribuindo para a formação dos cidadãos, especialmente dos portadores de doenças graves. As doenças que gozam do benefício estão mencionadas em lei e os portadores dessas doenças podem usar desse benefício a qualquer tempo.

## 2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Esclarecer sobre a isenção do imposto de renda para pessoas físicas portadoras de doenças crônicas destacando a importância dos benefícios das isenções para pessoas portadoras de doenças graves.

## 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento metodológico desse estudo buscou-se percorrer os caminhos delineados pela pesquisa interpretativista-descritiva.

A pesquisa foi de cunho bibliográfico com base em materiais utilizados em livros e artigos, auxiliando no alcance dos objetivos prepostos.

## 4 ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA

A Lei n.º 7.713/88 que altera a legislação do imposto de renda prevê que pessoas portadoras de doenças graves não pagarão imposto de renda sobre os rendimentos recebidos a título de aposentadoria, pensão ou reforma:

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson,

---

<sup>15</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>16</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>17</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>18</sup> Orientadora. Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

#### **4.1 Situações que não geram Isenção**

Há limitação no alcance da isenção com relação à natureza dos rendimentos, como:

- a. Rendimentos decorrentes de atividade, isto é, se o contribuinte for portador de uma moléstia que não se aposentou;
- b. Rendimentos decorrentes de atividade empregatícia ou autônoma recebida concomitantemente.

A isenção também não alcança rendimentos de outra natureza como, por exemplo, aluguéis recebidos concomitantemente, com os de aposentadoria, reforma ou pensão.

#### **4.2 Obrigatoriedade na entrega da DIRPF**

A isenção do Imposto de Renda Pessoa Física não dispensa o contribuinte de seus deveres de apresentar a Declaração IRPF, caso se situe em uma das condições de obrigatoriedade de entrega da referida declaração.

#### **4.3 Procedimentos para usufruir da isenção**

Caso se enquadre na situação de isenção, o contribuinte deverá procurar serviço médico oficial da União, dos Estados, do DF ou dos Municípios para que seja emitido laudo pericial comprovando a moléstia.

O laudo pericial deverá indicar a data em que a enfermidade foi contraída ou na ausência, a data da emissão do laudo. Apontar se a doença é passível de controle e o prazo de validade do laudo.

O laudo deverá ser apresentado na fonte pagadora para que esta, verificando o cumprimento de todas as condições para o gozo da isenção, deixe de efetuar a retenção do imposto de renda na fonte.

### **5 DOENÇAS CRÔNICAS BENEFICIÁRIOS DA ISENÇÃO**

O benefício da isenção independe de carência. Para ter o direito à isenção, o contribuinte deve ser portador de uma das doenças mencionadas no art. 151 da Lei 8.213/91, que considera doenças graves, a saber:

- AIDS
- Alienação mental
- Cardiopatia grave
- Cegueira

- Contaminação por radiação
- Osteíte deformante
- Doença de Parkinson
- Esclerose múltipla
- Espondiloartrose anquilosante
- Fibrose cística (Mucoviscidose)
- Hanseníase
- Nefropatia grave
- Hepatopatia grave
- Neoplasia maligna
- Paralisia irreversível e incapacitante
- Síndrome de Talidomida
- Tuberculose ativa.

Os valores recebidos a título de pensão em cumprimento de acordo ou decisão judicial, ou ainda por escritura pública, inclusive a prestação de alimentos provisionais, estão abrangidos pela isenção de portadores de moléstia grave. Para o benefício da isenção, não há limites, desta forma todo o rendimento mencionado é isento do imposto de renda

## CONCLUSÃO

Em meio a tantas leis e normas é comum que pessoas portadoras de doenças graves ou mesmo os responsáveis, desconhecer os direitos ou benefícios existentes, que possam contribuir para a melhoria das condições de vida dos pacientes e dos seus responsáveis.

As Doenças Crônicas ou Graves são doenças de evolução prolongada, permanentes, para as quais, atualmente, não existe cura, afetando negativamente a saúde e funcionalidade do paciente.

Por isso, é importante buscar e repassar todo tipo de informação e conhecimento que, de alguma forma, vá contribuir para que os portadores possam melhorar suas condições de vida e de suas famílias, requerendo junto aos órgãos legais o reconhecimento de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

**Brasil.** Lei nº 7.713, de 22/12/88. Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

**Brasil.** Lei nº 8.213, DE 24/07/91. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

**SRFB.Declaração / Obrigatoriedade de apresentação.** Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2015/declaracao/obligatoriedade.htm>>. Acesso em 14 de junho de 2015.

\*Estudo realizado no componente **ECS III** sob a orientação da Profª Zélia Maria Mirek.

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E INCLUSÃO

Ademir Massafra<sup>19</sup>

Gustavo Ribas<sup>20</sup>

Jaime Limana<sup>21</sup>

Jonatha Simon<sup>22</sup>

Tiago Silva<sup>23</sup>

Amabilia Beatriz Portela Arenhart<sup>24</sup>

Glaucia Maria Medeiros Thomas<sup>25</sup>

### INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena traz presente a importância da interdisciplinaridade e o multiculturalismo no Ensino formal de nossa sociedade. Maturana, pensador chileno, nos propõe refletirmos sobre a educação indígena e a necessidade de que esta se pautem pela aceitação do outro, do cuidado e do respeito às diferenças culturais. Com este mesmo olhar, Freire discute a dialogicidade, como o encontro intercultural das gentes em suas diferenças e peculiaridades étnico-cultural.

A partir dessas reflexões, foi possível perceber que a sociedade que vivemos, ainda apresenta dificuldades no reconhecimento do “outro”.

Entendemos que o diálogo intercultural é a ferramenta mais adequada para refletirmos e construirmos novas formas de compreensão e de vivências solidárias. Esse momento reflexivo propõe a escuta das vivências dos povos indígenas como possibilidade de construirmos relações mais solidárias e cidadãs, construindo em conjunto, novas formas de relações, criando também, realidades mais participativas e vivências solidárias.

O processo de educar é possibilitar que a palavra se movimente, viver o “verbo” enquanto ações com sentido, enquanto vivências cheias de conhecimentos e gestos de solidariedade.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo Geral

Discutir na academia as possibilidades de escuta das diferentes formas de vivências das comunidades indígenas, em especial a questão da educação.

---

<sup>19</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>20</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>21</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>22</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>23</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>24</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>25</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

## **2.2 Objetivos Específicos**

- Oportunizar aos acadêmicos o conhecimento das diferentes realidades dos povos indígenas;
- Possibilitar a desconstrução do preconceito que leva a exclusão;
- Criar diálogos entre as diferentes culturas, fortalecendo a inclusão.

## **3 METODOLOGIA**

Estudos bibliográficos e discussão em grupo. Construção da escrita e apresentação dos resultados em lâminas.

## **4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As referências que deram suportes ao estudo mencionado, teve como fundamentação a questão dos diálogos interculturais e a questão da educação indígena. Nesse sentido, o respeito ao outro – alteridade – foi apresentado como fundamental para que a inclusão possa tornar-se uma realidade de fato. Para que a inclusão possa tornar-se uma das metas da sociedade é necessário, segundo Maturana, a realização da escuta do outro: seu cotidiano, suas crenças, sua língua, sua história. Ninguém defende o que não conhece. Destaca-se que esse conhecimento da cultura do “outro” só poderá acontecer a partir do coletivo, ou seja, juntamente com outras pessoas. Assim, a escola é o lugar mais adequado uma vez que possibilita o encontro com o “diferente”, e que é a instituição responsável pelo encontro do sujeito com a cultura.

### **4. 1 Treinamento e Desenvolvimento**

Os alunos se reuniram em grupo e realizaram leituras e trocas de informações, montando um texto escrito e conjunto de lâminas para a apresentação para o coletivo.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

A apresentação foi realizada em forma de lâminas e o grupo foi percorrendo para o coletivo, a partir do enunciado em lâminas e as leituras realizadas.

O que se constatou diante das leituras realizadas é o fato de ainda vivermos a exclusão da educação indígena como realidade cotidiana. Contudo, está acontecendo inúmeros movimentos, tanto do público quanto da sociedade civil organizada, para que o processo de inclusão se solidifique.

## **CONCLUSÃO**

O grupo de trabalho reuniu informações importantes quanto a inclusão da educação indígena apontando para um avanço significativo das construções de ações e movimentos que visam fortalecer o acesso e a inclusão desta realidade cultural, que muitas vezes esteve (e está) a margem da vida em sociedade. Os acadêmicos tiveram a possibilidade de aprofundar os conhecimentos referentes as discussões propostas por Maturana e Freire – escuta e diálogos – como ponto de partida, não só para a inclusão, como também para o fortalecimento das relações entre as diferentes culturas.



Assim, acreditamos que da relação de escuta e de cuidado com o outro, é possível construirmos ações de inclusão que transbordem a formalidade da legislação, fazendo acontecer o processo de incluir, nas relações cotidianas do viver.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre** – imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

\_\_\_\_\_, **Ação Cultural para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

MATURANA, R. M. **De máquinas à seres vivos** – Autopoiese – a organização dos seres vivos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

# PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE SOBRE A OCORRÊNCIA DO ANATOCISMO EM CÁLCULOS JUDICIAIS

Andressa Hinz<sup>26</sup>  
Cristine Vanusa Winck<sup>27</sup>  
Gabrielli Dal'Lachiesa Martins<sup>28</sup>  
Vanessa da Silva Santos<sup>29</sup>  
Rosemary Gelatti<sup>30</sup>

## INTRODUÇÃO

O estudo tem por objetivo analisar a ocorrência do anatocismo em cálculos judiciais, evidenciando o trabalho do Perito Contador Assistente na análise e impugnação dos cálculos. A partir do estudo, evidencia-se que a área da Perícia Contábil é importante para subsidiar decisões e dirimir controvérsias, assim como o trabalho do Perito Assistente é primordial para apresentação de um trabalho técnico de qualidade, de modo a evitar que a execução prossiga por valores majorados devido a erros técnicos, como o anatocismo.

## 2 OBJETIVO GERAL

Analisar a ocorrência do anatocismo em cálculos judiciais, apresentando a legislação que trata do assunto, assim como exemplos de processos judiciais em que ocorre esta prática. Ressalta-se ainda o papel do perito contador assistente, tanto na realização de cálculos corretos, assim como na impugnação de cálculos que apresentam excesso de execução.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de estudo de caso, realizado a partir da seleção de um processo judicial em que o cálculo foi apresentado pela parte exequente, no entanto houve impugnação pela parte executada, por conter excesso de execução devido à ocorrência de anatocismo.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Processo judicial se caracteriza conforme segue.

Tabela 1 – Processo Judicial – Indenização de Terra

Ação:	Indenização por desapropriação de terra
Condenação:	R\$ 13.500,00 x 10.114.65 m <sup>2</sup> = R\$ 13.65437
Crítérios de cálculo:	Correção monetária pelo IGP-M desde o laudo (13/02/2007), Juros compensatórios de 12%aa desde a data do ajuizamento (18/04/05) e juros moratórios a contar do dia 1 de janeiro do exercício seguinte ao TJ.

Fonte: adaptado do processo judicial

<sup>26</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>27</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>28</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>29</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>30</sup> Orientadora. Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

A parte autora apresentou o cálculo de execução nos termos da sentença judicial, atualizando o valor da indenização nos seguintes termos.

Tabela 2 – Cálculo 1 pelo Exequente

Correção Monetária: sem correção					
Juros Compensatórios: 18/04/2005 a 12/07/2007 - 12% ao ano, s/ capitalização.					<b>12/07/2007</b>
Data	Nominal	Correção (%)	Valor Corrigido	Valor dos juros	Atualizado
18/04/2005	13.654,77	-	13.654,77	2.981,29	<b>16.636,06</b>

Fonte: Adaptado do processo judicial

Note-se no cálculo 1 que a parte autora aplica juros sobre o valor nominal desde 18/04/2005. Em seguida, toma este valor e aplica correção monetária desde 12/07/2007, aplicando ainda novos juros.

Tabela 3 – Cálculo 2 pelo Exequente

Parcelas Atualizadas de 13/02/2007 a 13/06/2011					
Juros Compensatórios: 13/02/2007 a 13/06/2011 - 12% ao ano, sem capitalização					
Honorários de 5% sobre o valor corrigido + juros					<b>13/06/2011</b>
Data	Nominal	Correção (%)	Valor Corrigido	Valor dos juros	Atualizado
13/02/2007	<b>16.636,06</b>	32.945,93	22.116,96	11.500,82	<b>33.617,78</b>

Fonte: Adaptado do processo judicial

Como se pode verificar, ao aplicar novos juros sobre o valor de R\$ 16.636,06 incorre em anatocismo, pois aplica juros sobre os juros anteriores (R\$ 2.981,29). O cálculo correto deveria se apresentar conforme segue.

Quadro 4 – Cálculo apresentado pelo Executado

Correção Monetária: 13/02/2007 a 13/06/2011						
Juros Compensatórios: 18/04/2005 a 13/06/2011 - 12% ao ano, sem capitalização.						<b>13/06/2011</b>
Data	0	Correção (%)	Valor Corrigido	Juros Comp.	Juros Comp.	Atualizado
13/02/2007	13.654,77	1,3850	18.410,41	18/04/2005	13.394,63	<b>31.805,04</b>

Fonte: Autores

Evidencia-se **excesso na execução de R\$ 1.812,74**, cuja incorreção deriva da aplicação de juros sobre juros, incorrendo em anatocismo.

Conforme legisla o Decreto Nº 22.626, de 7 de abril de 1933: “Art. 4º. É proibido contar juros dos juros: esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo demonstra a importância do trabalho do Perito Contador Assistente na confecção e análise de cálculos judiciais.

As incorreções nos cálculos, tanto podem causar prejuízo às partes litigantes, como podem postergar o recebimento do crédito pela parte exequente, especialmente no caso do cálculo apresentado ser impugnado ou embargado.

A prática do anatocismo é comum em cálculos judiciais, sendo ainda mais frequente nas simples atualizações de cálculos, ocorrendo sempre que os juros vencidos são incorporados ao capital, servindo de base de cálculo para futuros encargos moratórios, onerando o valor da conta.

Conclui-se que é importante o trabalho de profissional qualificado e competente para a realização dos cálculos judiciais, a exemplo do Perito Contador, tendo em vista a qualidade do cálculo, sendo apresentado ou analisado nos termos das decisões judiciais, sem incorreções capazes de onerar ou postergar a execução.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Decreto Nº 22.626, de 7 de abril de 1933**. Dispõe sobre os juros nos contratos e das outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d22626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d22626.htm)>. Acesso em 28 de julho de 2015.

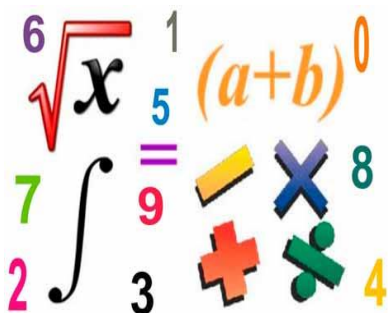
\*Estudo realizado no componente **ECS III** sob a orientação da Profª Rosemary Gelatti

## A MATEMÁTICA E A RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMAS

Gláucia Medeiros Thomas<sup>31</sup>  
Marise Schadeck<sup>32</sup>  
Amabilia Arenhart<sup>33</sup>

No presente texto busco mostrar que o uso de solução de situações problemas nas aulas de matemática pode ser uma importante ferramenta de apoio, que tornará as aulas mais interessantes e instigantes.

Para isso, é necessário fazer uma análise de nossa parte, a respeito de nossos conhecimentos, com o objetivo de verificar a base teórica dentro da perspectiva de ensinar e aprender dentro da metodologia de resolução de problemas.

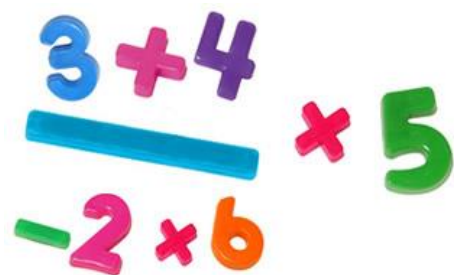


Dessa forma, com nossos conhecimentos necessários para o uso da metodologia de resolução de situações problemas é mais fácil alcançarmos sucesso. O professor e sua experiência de sala de aula e de buscar soluções para os diversos problemas que se apresentam, não apenas no âmbito da matemática, mas também da aula

em si e das relações ali estabelecidas, inclusive pelas diferenças, é com certeza um educador com propriedade se, após a busca da solução levar seu aluno a reflexão.

O texto busca ainda refletir e discutir alguns aspectos importantes referentes ao uso dessa metodologia devido a necessidade de transformações, não apenas práticas mas também teóricas.

A princípio, é necessário esclarecer o que se entende por situação problema. Para isso nos reportamos a Dante (2003):



Situações-problema são problemas de aplicação que retratam situações reais do dia-a-dia e que exigem o uso da Matemática para serem resolvidos... Através de conceitos, técnicas e procedimentos matemáticos procura-se matematizar uma situação real, organizando os dados em tabelas, traçando gráficos, fazendo

operações, etc. Em geral, são problemas que exigem pesquisa e levantamento de dados. Podem ser apresentados em forma de projetos a serem desenvolvidos, usando conhecimentos e princípios de outras áreas que não a Matemática, desde que a resposta se relacione a algo que desperte interesse" (p. 20).

Em Thompson (1989), encontramos a afirmação de que um problema é como um quebra-cabeça que envolve ilusões e que problemas precisam várias abordagens na

<sup>31</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis IESA.

<sup>31</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis IESA

<sup>32</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis IESA

busca da solução, proporcionando descobrir e buscar novas ideias, que envolvem desafios, alegrias e também frustrações.

Para Saviani (2000), um problema é uma questão a qual não sabemos qual é a solução e, queremos encontrá-la.

As situações problema nada mais são que desafios que permitem ao aluno ultrapassar obstáculos, impulsionados pela curiosidade e pelo texto em si. Assim, é também o pontapé inicial para a construção do conhecimento matemático.

A resolução da situação problema possibilita a produção de significado e o fazer matemático do aluno. Envolver o aluno na resolução de problemas é possibilitar que ele desperte o gosto pela matemática através dessa atividade, na qual estará buscando algo desconhecido – a solução – usando seus conhecimentos e criando tantos outros.

Buscar essa solução é muito mais que construir conhecimentos matemáticos. Principalmente se perceber que esse mesmo raciocínio poderá ser aplicado em outras situações.

Precisamos oportunizar aos nossos alunos situações problemas voltados para a realidade cotidiana, significativa, que desperte no mesmo não só a curiosidade pela busca da resposta, mas também uma reflexão sobre a mesma, após ser encontrada.

A prática da resolução de situações problemas tem acompanhado a humanidade ao longo de sua existência. A resolução de problemas deveria ser uma constante nas aulas de matemática. Essa prática, além do que vimos, proporciona uma interação maior entre professor/aluno e seus pares, tornando a aprendizagem mais consciente.

Usar situações problema nas aulas de matemática auxilia na produção de significado, na compreensão de conceitos, pensamento lógico-matemático, relações entre conteúdos, etc.

## REFERÊNCIAS

DANTE, Luiz R. **Didática da Resolução de Problemas de Matemática**. 12ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

THOMPSON, A. G. **Learning to Teach Mathematical Problem Solving: Changes in Teachers' Conceptions and Beliefs**. In:

# **O SUJEITO CONTEMPORÂNEO CULTURA E FOLCLORE: O SUJEITO E O INDIVÍDUO NA PERSPECTIVA DE ALAIN TOURAINE**

Acadêmicas do primeiro período de Pedagogia<sup>34</sup>

Amabilia Beatriz Portela Arenhart<sup>35</sup>

Roseléia Schneider<sup>36</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Para Touraine, o sujeito, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate. Para isso é necessário que possamos nos reconhecer e sermos reconhecidos enquanto indivíduos. É o elemento sujeito que luta pelos direitos adquiridos, para si próprio. O indivíduo se situa na ordem do direito, enquanto seu duplo, o sujeito, na ordem da experiência concreta. A partir desses referenciais, orientamos a reflexão e discussão do sujeito presente no “caipira” apresentado nos festejos juninos, com o primeiro semestre de pedagogia.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral:**

Contextualizar o caipira dos festejos juninos a partir do olhar de sujeito e indivíduo, na perspectiva de Touraine.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- a) Estudar os conceitos de sujeito e indivíduo em Touraine,
- b) Refletir a questão da alteridade e cidadania diante da construção cultural do caipira dos festejos juninos.

## **3 METODOLOGIA**

Estudo de textos em grupos, discussões e construção de um conjunto de slides para a apresentação no coletivo das acadêmicas do Curso de pedagogia.

## **4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O eixo central dessa reflexão foi o de possibilitar a reflexão de como o sujeito humano é apresentado no folclore e como a academia pode trazer outros olhares e outros conceitos. Desde criança aprendemos que o caipira é desajeitado, deselegante e despreparado para o convívio urbano. A representação, tão difundida nas grandes cidades, tem como essencial a descrição caricatural do homem rural, frequentemente pejorativa.

---

<sup>34</sup> Acadêmicos do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>35</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>36</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.



Assim, a construção cultural do caipira precisa ser revisada e reconstruída sob os olhares da alteridade e do respeito à diversidade. Recuperar ou reencontrar o sujeito no mundo do folclore, a partir da leitura de Touraine, nos possibilitou a construção de outros olhares com referência ao tema e também, a percepção de que os festejos juninos trazem consigo uma dose de exclusão e banalização da cultura. Contudo, ressignificar essas temáticas é uma das tarefas da academia. Dessa forma, a realização desse estudo, possibilitou um resgate do respeito ao outro e também do reconhecimento da diversidade.

## CONCLUSÃO

O sujeito caracterizado de caipira para compor o folclore em época de festejos juninos tem em suas entranhas o mundo diverso do povo brasileiro: é o povo ribeirinho – das barrancas dos rios, povo das sobras de terras nas encostas das fazendas ou das grandes plantações, povo que habita os vilarejos, que trabalha na terra e tira dela o seu sustento. Através dos estudos realizados e a discussão proporcionada, foi possível fazermos uma releitura desses acontecimentos, aproximando o caipira dos festejos já mencionados, do sujeito de Touraine, apontando os estigmas encrustados nessa figura e a necessidade de construção da alteridade e do reconhecimento de sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VERONESE, Marília Veríssimo e LACERDA, Luiz Felipe Barbosa. **O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine**. DOI: 10.5216/sec.v14i2.17616, Acesso: 08/06/2015

# **INCENTIVOS FISCAIS: ESTUDO APLICADO AO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE SANTO ÂNGELO\***

Fernanda Busatto Martins Rosa<sup>37</sup>  
Keila Maiara Fenner de Barros<sup>38</sup>  
Marivane da Silva Nascimento<sup>39</sup>  
Zélia Maria Mirek<sup>40</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A construção de uma sociedade livre, justa e igualitária é dever do Estado e de toda a sociedade. Uma das formas efetivas de integrar as atividades do Estado e os cidadãos, para a melhoria do País, é a concessão de incentivos fiscais vinculados ao Imposto de Renda que auxiliem, com bens ou recursos, projetos sociais, esportivos e culturais.

A lei incentiva e a cidadania recomenda todo cidadão pode aplicar parte do imposto de renda devido em favor da criança e do adolescente em situação de risco social, da sua cidade. O estudo apresenta informações aos contribuintes sobre a possibilidade de canalizar os recursos do Imposto de Renda aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## **2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar a dimensão dos incentivos fiscais dedutíveis do Imposto de Renda praticados pelos contribuintes em Santo Ângelo, RS.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- a. Abordar conceitos e definições dos principais incentivos fiscais do Imposto de Renda;
- b. Explanar sobre as possibilidades de canalizar recursos do Imposto de Renda aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c. Descrever as entidades favorecidas pelos benefícios sociais dos contribuintes Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas;

## **3 METODOLOGIA**

No plano de pesquisa, foi utilizado o método dedutível de abordagem e investigação fundamentada em fontes doutrinárias, periódicos, revistas especializadas e site da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

---

<sup>37</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>38</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>39</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>40</sup> Orientadora. Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

## **4 INCENTIVOS FISCAIS**

Incentivos fiscais ou benefícios fiscais são expressões sinônimas, caracterizam a redução direta ou indireta, de ônus tributário, oriundo de lei ou norma específica. A legislação tem diversos incentivos fiscais e por desconhecimento, contribuintes deixam de utilizar tais dispositivos legais.

### **4.1 Destinação Do Imposto De Renda**

O contribuinte, pessoa física ou jurídica, pode usufruir dos incentivos fiscais destinando parte de seu Imposto de Renda Devido para os Fundos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente mediante depósito em contas bancárias controladas pelos Conselhos, os quais repassam os recursos para programas executados por entidades sociais cadastradas, cujos projetos são por eles aprovados.

### **4.2. Quem são os Fundos**

Criados por lei federal, tem como objetivo assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CRC/2013).

Os projetos e programas desenvolvidos estão voltados para diferentes áreas de assistência à infância e à adolescência, amparo de crianças e adolescentes em situação de risco social e psicológico; erradicação do trabalho infantil; profissionalização dos jovens; incentivo à adoção de crianças e jovens órfãos ou abandonados; orientação e apoio social às famílias; acolhimento de crianças e jovens.

### **4.3 Quem pode destinar seu Imposto**

Os incentivos fiscais devem ser informados pelos contribuintes, pessoas físicas e pelas contribuintes pessoas jurídicas (SRFB/2015).

Na Pessoa Física o incentivo fiscal é de 6% do Imposto de Renda devido, apurado no modelo completo. Contribuintes do modelo simplificado de declaração não farão jus ao benefício fiscal. As pessoas físicas podem realizar doações no montante que desejarem. Todavia a dedução não pode ultrapassar o limite máximo anual de 6% do Imposto de Renda devido.

Para a Pessoa Jurídica o valor das doações obedecidas as regras fiscais, é dedutível do Imposto de Renda devido, apurado pelas empresas do Lucro Real. O incentivo fiscal consiste na dedução até o limite de 1% do Imposto de Renda devido, calculado à alíquota de 15%, em cada período de apuração.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) foi criado pela Lei nº 1.307/90 é um órgão deliberativo e controlador de política de entendimento da criança e do adolescente. Seus objetivos são articular e estudar as

políticas de atendimento do município.

Os valores arrecadados pelo COMDICA Santo Ângelo são aplicados em projetos sociais no município. A Tabela 01 apresenta os valores arrecadados no período de 2011 a 2014.

Entidade	2011	2012	2013	2014
AABB Comunidade	R\$ 50.293	R\$ 2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APAE	R\$ 112.625	R\$ 128.20	R\$ 46.059	R\$ 99.629
Projeto Curumim	R\$ 17.550	R\$ 16.700	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Assoc.Amigos Centro Missioneiro de Equoterapia	R\$ 410	R\$ 500,00	R\$ 50.200	R\$ 35.909
CEDEDICA	R\$ 3.050	R\$ 1.000	R\$ 600	R\$ 4.610
Centro de Formação São José- Lar da Menina	R\$ 35.200	R\$ 27.350	R\$ 400	R\$ 32.235
Centro de Acolhimento Martinho Lutero	R\$ 33.080	R\$ 28.320	R\$ 0,00	R\$ 50.324
S.O.S. Vida	R\$ 33.000	R\$ 73.833	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Grupo Espírita Seara do Mestre	R\$ 15.537	R\$ 19.590	R\$ 0,00	R\$ 26.108
Lar do Menino	R\$ 37.395	R\$ 20.550	R\$ 9.000	R\$ 24.839
<b>TOTAL</b>	<b>338.141</b>	<b>318.044</b>	<b>106.259</b>	<b>273.654</b>

Tabela 01 - Valores arrecadados pelo COMDICA

Fonte: COMDICA Santo Ângelo

Percebe-se a diminuição na arrecadação de incentivos fiscais se comparado o ano de 2014 com os anos 2012 e 2011. Tal fato está relacionado a alteração na legislação.

## CONCLUSÃO

Existe a necessidade de uma maior divulgação para a sociedade sobre a possibilidade de fazer uso dos incentivos fiscais e das entidades locais que atuam em prol das Crianças e Adolescentes, cadastradas e com projetos aprovados pelo COMDICA.

Por parte das entidades, cabe a divulgação dos projetos e os benefícios à população gerados com a aplicação dos incentivos fiscais dedutíveis, especialmente do Imposto de Renda.

## REFERÊNCIAS

SRFB. Incentivos fiscais. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/> acesso em 05 de junho de 2015.

CRC. **Manual de Incentivos Fiscais: para investimentos sociais, desportivos e culturais**. 6ª edição. Porto Alegre, CRCRS: março de 2013.

\*Estudo realizado no componente ECS III sob a orientação da Profª Zélia Maria Mirek e Cibele Bonoto

# PLANO DE NEGÓCIO: ANALISANDO A FORMAÇÃO DE UMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS\*

Júnior Fontana da Silva<sup>41</sup>  
Leonardo de Castro Jardim<sup>42</sup>  
Lourenço de Paula Martins<sup>43</sup>  
Décio Roque Braun<sup>44</sup>

## INTRODUÇÃO

Um Plano de Negócio é indispensável para estruturação de uma empresa onde a mesma queira consolidar e atingir objetivos, destacando-se como fundamentais, o preço de venda e formação de preço, a controladoria, o planejamento estratégico, enquadramento e planejamento tributário, viabilidade econômica e financeira, valor presente líquido, *Payback*, taxa interna de retorno e também custos.

A implantação de sistemas de custos é considerada como uma situação complexa, uma vez que o produto resultante não é palpável ou visível e, além disso, grande parte dos custos envolvidos é de natureza indireta, sendo que sua alocação acaba exigindo um estudo mais aprofundado.

## 2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Analisar e acompanhar a estruturação de uma empresa que irá se consolidar e atingir seus objetivos. Aprimorar o conhecimento na área de plano de negócios, abordar conceitos e definições dos principais pontos para a estruturação de uma empresa e conhecer as principais vantagens de ter sistema de custos implantado.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No plano de pesquisa, foi utilizado o método de revisão bibliográfica realizou-se com base em material publicado em livros, internet e leis.

## 4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Custo pode ser considerado como gasto, mas é reconhecido como um custo no momento da utilização de bens e serviços para fabricação de um produto ou execução de um serviço. Bruni (2009) afirma que custos representam na verdade uma transição de um investimento que tem como destino final o valor de estoques. Na concepção de Martins (2010) todos os custos podem ser classificados em fixos e variáveis ou diretos e indiretos ao mesmo tempo, seguindo esse pensamento Bruni (2009), os custos em relação a forma de associação com os produtos fabricados, podem ser classificados de diferentes formas conforme a aplicabilidade.

No entendimento de Silva (2008) a formação do preço de venda é uma finalidade bastante lembrada como um típico produto de um sistema de custos, havendo o mito de

---

<sup>41</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>42</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>43</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>44</sup> Orientador. Professor do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

que quem dispõe de um melhor sistema realiza um melhor cálculo de preço de venda. Ainda Silva (2008) afirma ainda que cálculo do preço de venda não depende exclusivamente do custo dos bens, mas em boa dosagem da própria política de preços, de tal modo que alguns autores delimitam a função cálculo como atribuição da área de custos, e a função preço como sendo exclusivamente da área de comercialização.

Para Bazerman (2004) os responsáveis na tomada de decisão das empresas devem ser capazes de definir com perfeição o problema em situação de escolha, a fim de chegar ao melhor resultado em um processo decisório. Neste sentido a contabilidade de custos consiste em fornecer subsídios para a tomada de decisões “a identificação e destinação de gastos conforme sua variabilidade em variáveis e fixos torna-se muito mais importante do que a mera separação entre custos e despesas”.

## 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Empresa tem como objeto social a revenda de óleo diesel, álcool, e gasolina para a região das missões, sendo de exclusiva revenda e entrega das mercadorias nas propriedades dos agricultores e pecuaristas da região, não tendo bombas de abastecimento em sua sede, a empresa se limita a revender e atender seus clientes em sua sede que fica localizada na RS 356.

### Quadro 1 – Capacidade de Pagamento

CAPACIDADE DE PAGAMENTO					
DISCRIMINAÇÃO	PERÍODOS SEGUINTES				
	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
1. Receita Operacional	1.265.000,0	1.655.000,0	1.855.000,0	2.055.000,0	2.255.000,0
2. (-) Custos Fixos Monetários	351.427,47	413.201,96	450.789,20	448.389,20	553.950,94
3. (-) Custos Fixos não Monetários	63.700,00	63.700,00	63.700,00	63.700,00	63.700,00
4. (-) Custos Variáveis	611.248,00	711.280,00	789.500,00	867.720,00	945.940,00
5. (-) Juros s/ financiamento pretend.	39.355,33	33.561,92	24.157,66	14.606,25	5.128,42
(=) LUCRO ANTES IR/CS	199.269,20	433.256,12	526.853,14	660.584,55	686.280,65
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO ECONÔMICO</b>	<b>199.269,20</b>	<b>433.256,12</b>	<b>526.853,14</b>	<b>660.584,55</b>	<b>686.280,65</b>
6. (+) Custos Fixos não Monetários	63.700,00	63.700,00	63.700,00	63.700,00	63.700,00
(=) DISPONIBILIDADES	262.969,20	496.956,12	590.553,14	724.284,55	749.980,65
7. (-) Reposição financiamento pretend.	-	95.000,00	95.000,00	95.000,00	95.000,00
<b>(=) SUPERAVIT/ (DÉFICIT)</b>	<b>262.969,20</b>	<b>401.956,12</b>	<b>495.553,14</b>	<b>629.284,55</b>	<b>654.980,65</b>

Fonte: Autores a partir de dados da pesquisa (2015)

A empresa apesar de possuir altos números de despesas é capaz de suportar todas elas e ainda obter superávit, e com seu controle obter maiores lucros com o passar dos anos.

Para demonstração dessa análise, segue planilha da viabilidade econômica da empresa Bola 8 Distribuidora de Combustíveis Ltda:

Tabela 2 – Viabilidade Financeira

ANÁLISE FINANCEIRA - Cenário Provável						
Indicadores Financeiros	ANO 0	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
FLUXO DE CAIXA	(880.000,0)	262.969,20	496.956,12	590.553,14	724.284,55	749.980,65
Valor Presente Líquido-VPL	899.722,34					
Taxa Interna de Retorno-TIR	45,73%					
Custo Capital ou TMA	15,00%					
Payback Descontado	2,71					

Fonte: Autores a partir de dados da pesquisa (2015)

Na análise da viabilidade financeira considerou-se a TMA de 15% a.a. para encontrar o valor presente líquido e a taxa interna de retorno. Além disso, realizou-se a interpolação linear obtendo-se um *payback* descontado de 2,71 anos, tempo este que a empresa levará para obter retorno deste investimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Negócio engloba diversos aspectos fundamentais, ele se faz indispensável tanto nas empresas que estão em fase de abertura, quanto para aquelas que já estão inseridas no mercado comercial e econômico. Análise de mercado, melhor localização para instalação do investimento, projeção dos custos e das receitas desejadas e necessárias para dar seguimento ao negócio e um planejamento estratégico são fatores essenciais para uma vida saudável de uma empresa.

## REFERÊNCIAS

BAZERMAN, Max H. **Processo Decisório**. 5. ed. RJ: Campus, 2004.

BRUNI, Adriano Leal. **A Administração de Custos, Preços e Lucros** SP, Atlas, 2009

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. SP, Atlas, 2010.

SILVA, Benedito Albuquerque da. **Custos e Estratégias de Gestão**. 2008.

---

\* Trabalho apresentado no **ECS III** do curso de Ciências Contábeis do CNEC/IESA.



Alexandre Novicki<sup>45</sup>  
Zélia Maria Mirek<sup>46</sup>  
Mônica FilipinVincensi<sup>47</sup>  
Bryan Wildner Lopes<sup>48</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Diversas são as afirmativas de que campo teórico acadêmico é diferente da realidade vivida profissionalmente e, que a teoria é só teoria, tendo sua utilidade prática reduzida. Para mudar esta situação e oferecer um ensino diferenciado aos acadêmicos, com a realização de atividades práticas que agreguem conhecimento à vida do futuro profissional, o curso de Ciências Contábeis do Instituto Cenecista do Ensino Superior de Santo Ângelo – CNEC/IESA, implementou o primeiro Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF, do interior do estado.

O NAF como proposta pedagógica, visa oferecer prática profissional aos acadêmicos e futuros profissionais da contabilidade, através de trabalho voluntário com ações de cidadania beneficiando comunidades de baixa renda. Uma proposta que visa significar a teoria em ações práticas qualificando as aprendizagens dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Compreender a prática profissional, significando a relação teoria e prática em ações contábeis, viabilizando tomadas de decisões que dinamizem as organizações e amplie as competências e habilidades pessoais.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Oferecer suporte contábil e fiscal a comunidade de baixa renda;
- Envolver alunos e professores em ações de aprendizagem real contribuindo para construção de ações comunitárias;
- Desenvolver atividades multi e interdisciplinares, oferecendo ferramentas que permitam a análise e a interpretação de informações significando a relação teoria e prática;
- Ampliar o conhecimento das diferentes áreas do curso, fomentando o desenvolvimento de habilidades analíticas e gerenciais, com visão estratégica financeira e capacidades para enfrentar os problemas encontrados na prática profissional.

---

<sup>45</sup>Professor do Curso de Ciências Contábeis - CNEC/IESA.

<sup>46</sup>Coordenadora do NAF – CNEC/IESA.

<sup>47</sup>Professora do Curso de Pedagogia – CNEC/IESA.

<sup>48</sup>Monitor do NAF – CNEC/IESA.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou-se da pesquisa documental, sendo a coleta realizada forma direta, através de consultas aos relatórios do NAF nos anos de 2012, 2013 e 2014. Os dados assim obtidos foram tabulados, analisados e representados graficamente.

### 4 O NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL

O NAF é um programa incentivado pela Receita Federal do Brasil com o objetivo de desenvolver a moral tributária e a coesão social. Iniciando em 2011, é um programa pioneiro de educação fiscal no âmbito universitário de apoio às pessoas físicas de baixa renda, às micro e pequenas empresas e ao público interno das instituições universitárias onde estão estabelecidos.

Seu papel é agir como centro de geração de conhecimento fiscal. Para isso, envolve professores, alunos e profissionais da área contábil através de inúmeras atividades como oficinas, palestras, seminários, estudos de casos, entre outras.

#### 4.1 NAF – CNEC/IESA Santo Ângelo

As atividades do NAF da CNEC/IESA Santo Ângelo iniciaram em setembro de 2011. Desde então, somam-se 119 horas de cursos e palestras oferecidos, 620 horas de prática profissional (figura 1), 816 alunos envolvidos, 216 atendimentos a público externo – pessoas físicas (figura 2), 47 assessorias a MEIs, 13 encerramentos/ baixas de empresas e 39 assessorias a entidades do 3º setor (figura 3).



Figura 1: Horas de cursos, palestras e prática.



Figura 2: Alunos envolvidos e atendimentos externos.

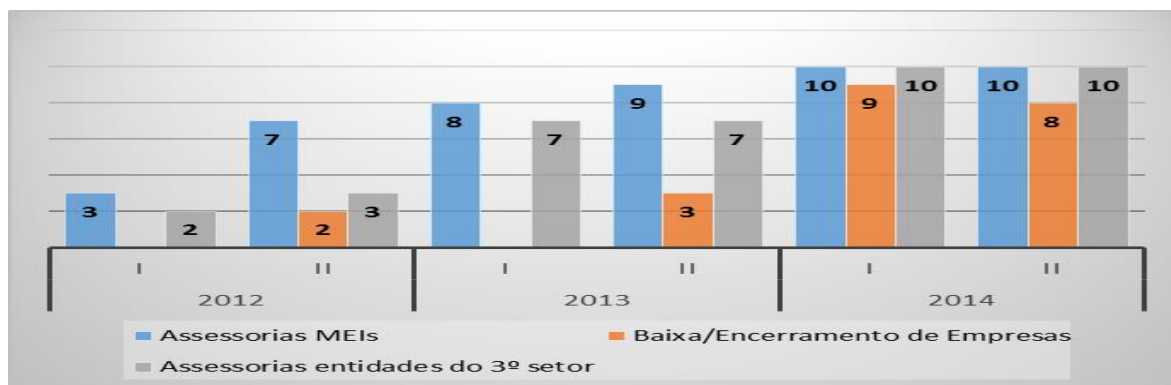


Figura 3: Atendimentos a micro e pequenas empresas

Os NAF possuem os mesmos princípios dos núcleos de assistência jurídica, possibilitando aos alunos a prática contábil com acompanhamento junto à Receita Federal através de pessoal especializado sobre o tema.

Atualmente, existem 43 NAF em universidades brasileiras. Com apoio metodológico da Receita Federal e intermediação do EUROsocial, foram implementados NAF na Costa Rica e Guatemala e estão em fase de inicial no Chile, Equador, El Salvador, Honduras, México, Paraguai e Peru.

## CONCLUSÃO

O NAF da CNEC/IESA Santo Ângelo, desde a sua implementação, até os dias atuais vem atendendo a demanda acadêmica e a comunidade em geral. Suas ações se desenvolvem com crescente participação dos envolvidos, contribuindo com os objetivos dispostos.

## REFERÊNCIAS

Apoio Contábil – IESA Santo Ângelo. Disponível em <http://www.cnecsan.edu.br/naf.php>. Acesso em 15 de julho de 2015. Receita Federal Do Brasil disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/EducaFiscal/Acoes/2014/ReceitaLima.htm>. Acesso em 15 de julho de 2015.

## **O MENOR E A SUA CONDIÇÃO DE EMPREGADO: DIREITOS TRABALHISTAS RECONHECIDOS**

Joice Letícia Uecker<sup>49</sup>  
Larissa Donadel<sup>50</sup>  
Tatiele da Silva de Lima<sup>51</sup>  
Cibele Franco Bonoto Schafer<sup>52</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Os empregados que ainda não atingiram a maioridade, ou seja, possuem menos de dezoito anos de idade, encontram na legislação trabalhistas vários direitos especialmente reconhecidos a eles em razão das suas necessidades, haja vista sua condição de pessoas em formação tanto física, quanto emocionalmente. A preocupação em garantir adequadas condições de trabalho aos empregados menores tem as suas raízes históricas na Revolução Industrial e até os dias atuais encontram suporte na legislação da maioria dos países. No presente trabalho buscou-se investigar a legislação brasileira e quais os direitos que ela resguarda aos empregados que iniciam precocemente a sua vida laborativa.

### **2 OBJETIVO GERAL**

O presente estudo tem por objetivo geral investigar os direitos reconhecidos pela legislação trabalhista aos empregados menores de idade.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo adota como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois busca os conceitos instrumentais em livros e artigos científicos sobre os aspectos ligados a temática. Documental, a partir da análise da legislação que rege a matéria em análise. Quanto ao seu objeto, a pesquisa adota o método descritivo buscando apresentar o cenário e as características do fenômeno estudado. O trabalho encontra-se estruturado em duas partes principais, sendo que a primeira trata de aspectos históricos e estruturais e, em um segundo momento, são apresentadas as formas de proteção do trabalho do menor.

### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Na evolução da pesquisa, obteve-se que para fins legais, entende-se como “menor” aquela pessoa que ainda não atingiu a idade adulta e a capacidade plena das implicações de seus atos. De acordo com a legislação civil, a maioridade e a capacidade plena são adquiridas aos 18 anos. Todavia, é permitido o trabalho de menores pela legislação brasileira, sendo para fins trabalhistas é considerado um trabalhador menor aquele com idade entre 14 e 18 anos, ressalvado que entre os 14 e 16 anos, o menor somente pode ser contratado na condição de aprendiz (MARTINS, 2014).

---

<sup>49</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis do CNEC/ESA, 4º período.

<sup>50</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>51</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>52</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis do CNEC/IESA.

Para ser considerado empregado, assim como todos os demais, os menores também deverão desempenhar suas funções com pessoalidade, de forma habitual, mediante remuneração e sob subordinação, requisitos expressos no art.3º da CLT.

No entanto, considerando as peculiaridades físicas e emocionais destes empregados, a legislação trabalhista prevê algumas condições especiais para o exercício das funções. Isso se deve, principalmente, para evitar que crianças e adolescentes sejam expostos a trabalhos em condições precárias e prejudiciais a sua saúde e ao seu desenvolvimento.

O estudo mostrou, ainda, que as medidas protetivas que atualmente são destinadas aos empregados menores evoluíram no curso da história buscando evitar a exploração do trabalho infantil em condições prejudiciais, tais como extensas jornadas de trabalho, trabalho insalubre. As primeiras medidas de proteção surgiram em 1802, na Inglaterra, e em 1841, na França, quando, respectivamente, foi proibido o trabalho para menores de nove e oito anos de idade e fixada a jornada em doze horas diárias de trabalho (GARCIA, 2014).

A partir destas medidas e orientada por instrumentos internacionais (Convenções da OIT Organização Internacional do Trabalho nº 05, de 1919, que estabeleceu a idade mínima de 14 anos para trabalho na indústria, a de nº 182 que proíbe as piores formas de trabalho infantil), a legislação trabalhista no Brasil estabeleceu direitos que resguardam os empregadores menores.

#### **4.1 Direitos Trabalhistas dos Empregados Menores.**

A legislação brasileira, em especial na Consolidação das Leis do Trabalho, estabelece condições especiais para o trabalho que envolva menores empregados. Dentre estas, a proibição do trabalho do menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (art.403, CLT); a proibição de trabalho noturno ao menor de 18 anos, considerado este como aquele executado entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas (art.404, CLT); a proibição de trabalho de menores em locais e serviços perigosos, insalubres ou prejudiciais a sua moralidade (art.405, CLT); a proibição da prorrogação da jornada de trabalho máxima de oito horas diárias, salvo até mais duas horas diárias, desde que o excesso de um dia seja compensado com diminuição em outro na mesma semana (art.413, CLT); proibição de trabalho penoso ou seja aquele que exige um esforço físico exagerado (Recomendação 95 da OIT, ratificada pelo Brasil).

Ainda a legislação prevê atribuições aos responsáveis pelos menores, tais como o dever destes em afastar os menores dos empregos que diminuam consideravelmente o tempo para o estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde ou prejudiquem a sua educação moral (art.424, CLT).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a pesquisa realizada verificou-se que a legislação trabalhista busca garantir condições adequadas de trabalho aos indivíduos menores de idade, os quais ainda estão em formação e necessitam de proteção para que possam ter um desenvolvimento sadio, tanto físico como mental. Também se verificou as formas adequadas de contratação de empregados menores, o que vem agregar conhecimentos ao exercício da função contábil.

Mais importante, entretanto, foi verificar a existência de normas em defesa do menor no âmbito do trabalho, as quais surgem como uma forma de minimizar os efeitos causados pelo trabalho na infância e na adolescência, prática comum em muitas famílias, preservando esta fase tão importante da vida.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

# MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL EM COOPERATIVA DE CRÉDITO

Aline Strieder<sup>53</sup>  
Daiane Ribas Moraes<sup>54</sup>

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como propósito buscar conhecimentos teóricos conceituais de ativos tangíveis e intangíveis, assim como de capital intelectual, buscando verificar como é realizada a mensuração deste último em uma Cooperativa de Crédito. No desenvolvimento deste estudo buscou-se identificar se o investimento realizado em capital intelectual na empresa vem sendo mensurado como um ativo intangível ou como uma despesa do período. Os objetivos da pesquisa são conceituar ativos tangíveis e intangíveis, definir capital intelectual e realizar um estudo de caso de uma Cooperativa de Crédito, fazendo a verificação de como é realizada a mensuração do capital intelectual em suas demonstrações contábeis. A metodologia empregada foi pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.

## 2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Este estudo tem por objetivo geral verificar a mensuração do capital intelectual nas demonstrações contábeis de uma Cooperativa de Crédito. Para atender ao objetivo proposto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: conceituar ativo tangível e intangível e definir capital intelectual; verificar o investimento em capital intelectual nas demonstrações contábeis; avaliar os procedimentos condizentes com os pronunciamentos técnicos.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base na classificação da pesquisa proposta por Gil (2002), este estudo se classifica como uma pesquisa bibliográfica e conceitual, sendo aplicada através de uma pesquisa de campo em uma Cooperativa de Crédito.

## 4 ATIVO INTANGÍVEIS

De acordo com a legislação vigente, os ativos intangíveis referem-se aos bens e direitos que tenham característica incorpórea, sem substância física. “Conforme CPC 04, intangível é um ativo não monetário identificável e sem substância física” (LINS E FILHO, 2012). Para que um ativo seja reconhecido como intangível, deve atender a dois requisitos: gerar benefícios econômicos e financeiros para a empresa e que seu custo possa ser mensurado com segurança. Marion (2009), compara o capital intelectual de uma empresa às raízes de uma árvore, parte oculta a qual nem sempre é relatada pela contabilidade. Assim como elas podem conter muitos nutrientes, melhorando a qualidade, produtividade da empresa, o contrário também pode acontecer se as raízes possuírem alguma doença. O capital intelectual definiria o futuro de uma empresa, já seus relatórios contábeis, refletiriam seu passado.

---

<sup>53</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis - CNEC/ESA.

<sup>54</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis- CNEC/ESA.



## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada em uma Cooperativa de Crédito, analisado o período de 2013 a 2014. A empresa apresentou em 2014 um ativo total de R\$1.126.917.974, com imobilizado de R\$65.190.110 e PL R\$195.859.867. Em 2014 a empresa investiu em capacitação e treinamento para seus colaboradores, visando atender às suas necessidades, total de R\$ 342.161,84. Este valor foi contabilizado na conta 8173610003 – Cursos e Seminários, na demonstração de resultado do período. Para o ano de 2013, não houve a contabilização, controle, pela empresa.

A empresa cita em seu relatório que considera as pessoas como um ativo, porém o investimento realizado nas mesmas é considerado uma despesa. Ao mesmo tempo, diante da realização de levantamento do investimento realizado no último ano, o que pode representar uma mudança de posicionamento da empresa quanto a este quesito.

Esta questão é cabível de uma ampla discussão, a qual traz desafios à prática contábil, talvez um deles que foi a avaliação de alguns intangíveis já esteja sendo reconhecida de forma assertiva e coesa, porém alguns tipos de intangíveis como marcas, sinergia de equipes, capital intelectual, o que poderia inserir excesso de especulação em suas demonstrações contábeis, merece destaque para estudos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo conceituar capital intelectual e investigar como é realizada sua contabilização nas demonstrações contábeis nas organizações. Mesmo com sua relevância, o maior problema consiste em seu lançamento nas demonstrações contábeis e sua complexidade de avaliação. Conforme levantamento realizado na Cooperativa de crédito, pode ser verificado que o levantamento de dados é realizado apenas nos dois últimos anos, e ainda não possui um correto lançamento na contabilidade, devido à falta de entendimento, dificuldade de mensuração dos dados.

O referencial teórico, assim como a pesquisa apontam a importância de se identificar o Capital Intelectual nas organizações, realizando a sua mensuração adequada, para fins de assertiva avaliação de seus ativos. A contabilidade deve mensurar da melhor forma possível seus investimentos em capital intelectual, afim de chegar ao máximo na realidade patrimonial da empresa.

Nesse contexto este estudo de caso sinalizou que a prática da Cooperativa de Crédito não é diferente da maioria das organizações, não havendo uma contabilização adequada para os investimentos realizados em capital intelectual, sendo estes lançados em despesas no resultado do exercício.

## REFERÊNCIAS

- MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI UNIÃO. **Relatório Anual 2014**, Sicredi União RS, ANO 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LINS, Luiz dos Santos; FILHO, José Francisco. **Fundamentos e Análises das Demonstrações Contábeis**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.



# PERÍCIA CONTÁBIL: UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA

Jane Schmidt Quaresma<sup>55</sup>

Joice Pazze<sup>56</sup>

Sandra Cabreira da Silva<sup>57</sup>

Rosemary Gelatti<sup>58</sup>

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo identificar o perfil das pesquisas científicas na área da perícia contábil. A pesquisa se classifica como descritiva e bibliométrica, compreendendo os artigos publicados entre os anos de 2011 a 2014 em anais de congressos e revistas. A partir do estudo, se conclui que a produção na área da perícia contábil é moderada, tendo sido encontrados 11 (onze) artigos, com a participação de 38 (trinta e oito) autores, sendo a maior participação da titulação de graduação, seguido por mestres, especialistas e doutores.

## 2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do estudo se define em identificar o perfil das pesquisas científicas na área da perícia contábil.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa classifica-se como descritiva e bibliométrica, pois se buscou identificar as características acerca de produções científicas realizadas na área da perícia contábil, compreendendo os artigos publicados entre os anos de 2011 a 2014.

Objetivou-se identificar e quantificar trabalhos científicos publicados em revistas e periódicos voltados para área contábil tais como: Revista de Administração e Contabilidade da CNEC/IESA – RAC, Expediente Revista de Estudos Contábeis, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração- ANPAD, Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, entre outros.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Perícia Contábil está normatizada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da NBC TP 01 (CFC, 2015), sendo a norma relativa ao Perito Contador a NBC PP (CFC, 2015).

A análise bibliométrica considerou a apresentação dos dados da seguinte forma: quantidade de artigos publicados por período; título e quantidade de autores por período; titulação dos autores; gênero dos autores por período; número de referências dos artigos e metodologia de estudo.

A proporção de autoria feminina ou masculina nos artigos pode ser visualizada na Tabela 1 que segue.

---

<sup>55</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis - CNEC/ESA

<sup>56</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>57</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>58</sup> Orientadora. Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

Tabela 1- Gênero dos autores

<b>Gênero</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
Masculino	6		8	3	<b>17</b>
Feminino	7		13	1	<b>21</b>

Fonte: autores a partir de dados da pesquisa (2015)

A pesquisa evidenciou que 45% da autoria dos artigos é do gênero masculino e 55% feminino.

A Tabela 2 descreve a quantidade de artigos publicados no período de 2011 a 2014, bem como a quantidade por período.

Tabela 2 - Quantidade de artigos publicados por período

<b>Local da Publicação</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Não identificado	1			
Brasília	1			
Paraíba			1	
Paraná	1			
Rio de Janeiro				1
Rio Grande do Sul	2			
Santa Catarina			4	
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

Fonte: autores a partir de dados da pesquisa (2015)

A Tabela 3 relaciona a titulação dos autores dos artigos.

Tabela 3 - Titulação dos autores

<b>Titulação</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
Não identificado	2		5		7
Graduado	3		8	2	13
Especialista	3		5	1	9
Mestrado	4		6	1	11
Doutorado	1		1		2
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>4</b>	

Fonte: Autores a partir de dados da pesquisa (2015)

Quanto à metodologia da pesquisa aplicada nos artigos, se evidenciou maior ocorrência da pesquisa de campo, seguida da pesquisa bibliográfica, a qual, por vezes, foi citada concomitantemente com outra metodologia de pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa bibliométrica aplicada com o fim de identificar o perfil das produções científicas na área da perícia contábil, indicam um baixo número de publicações, sendo encontrados 11 (onze) artigos, sendo 45% de autoria masculina e 55% de autoria feminina. Quanto à metodologia, se observou maior aplicação da pesquisa de campo.

Observou-se uma diversidade de enfoques nos objetivos dos artigos, dentre os quais a perícia aplicada à justiça do trabalho e a importância do perito judicial aparecem com maior constância. Obteve maior frequência de titulação a graduação, seguida de mestrado, especialização e doutorado. Dadas às limitações do estudo, sugere-se maior atenção às pesquisas na área de perícia contábil, para dispor de um maior e mais variado acervo literário a cerca de tema de grande relevância.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TP 01**, de 27 fevereiro de 2015. Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTP01](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTP01)>

Acessado em: 27 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01**, de 27 fevereiro de 2015. Disponível em:

<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTP01](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTP01)>

Acessado em: 30 de maio de 2015.

\*Estudo realizado no componente **ECS III** sob a orientação da Profª Rosemary Gelatti.

# **PLANEJAMENTO E EMPREENDEDORISMO COMO FERRAMENTA AUXILIAR DE GESTÃO**

Bruna Letiane da Silva<sup>59</sup>  
Graziela Nowaczyk<sup>60</sup>  
Jandir Deves Auth<sup>61</sup>  
Décio Roque Braun<sup>62</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Em nosso país ainda existe uma certa dificuldade de entender que todo negócio precisa ser planejado minuciosamente antes de abri-lo. Desse modo, percebemos que são vários os fatores que levam o insucesso de uma empresa, como a falta de planejamento operacional, erros gerenciais ou até a inexperiência dos administradores. O Plano de Negócios visa consolidar os principais aspectos da empresa com o intuito de propiciar sua viabilidade econômico-financeira, o que evitará situações indesejadas para o negócio. Em outras palavras, o Plano de Negócios é uma ferramenta estratégica que possibilita relacionar todas as variáveis da empresa e traçar os objetivos para o alcance do sucesso. Neste artigo estamos evidenciando a estrutura do plano de negócio e a sua importância para o sucesso do empreendimento. Para ilustrar esses pontos, efetuamos o Plano de Negócio da empresa Mercado Preço Bom, onde realizamos o planejamento de custos, planejamento tributário, análise dos índices de rentabilidade e a capacidade de pagamento. Portanto, elaborar um bom Plano de Negócio é primordial para a continuidade da empresa, pois permite definir claramente o negócio, antecipar problemas e definir os objetivos.

## **2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

O objetivo principal é apresentar as conceituações acerca de todos os fatores que compõem a elaboração do plano de negócios.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para o aprofundamento do estudo utilizamos livros, artigos científicos, monografias da internet e demais obras de pesquisa. Também realizou-se um estudo de caso podendo ser averiguado os preços dos concorrentes e o dinheiro disponibilizado para possíveis investimentos pela empresa. Com os resultados encontrados pode-se ultimar que as receitas auferidas são elevadas e tendem a aumentar a cada ano, os custos também são altos, mas a capacidade de pagamento compensa-os por meio de um superávit em cada ano.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A empresa para ter um bom equilíbrio financeiro deverá possuir um bom controle de fluxo de caixa, onde evidenciará a capacidade de pagamento das despesas ocorridas

---

<sup>59</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>60</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>61</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>62</sup> Orientador. Professor do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

no período, suprimindo-as sem a necessidade de empréstimos ou financiamentos, o que acarretaria em maiores saídas de recursos da empresa.

Com a análise da planilha acima, conseguimos constatar o superávit da empresa em seus cinco anos, gerando assim um fluxo de caixa que supre as despesas operacionais e os custos incorridos no período. Verificamos também que no final do 5º ano, a empresa apresentou um lucro de 35% no final do seu exercício.

#### Quadro 1 – Capacidade de Pagamento

CAPACIDADE DE PAGAMENTO					
DISCRIMINAÇÃO	PERÍODOS SEGUINTES				
	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
1. Receita Operacional	375.415,50	454.358,23	596.723,72	817.302,46	1.188.302,5
2. (-) Custos Fixos Monetários	64.851,98	70.056,31	84.828,42	82.341,32	109.479,36
3. (-) Custos Fixos não Monetários	17.789,60	17.789,60	17.789,60	17.789,60	17.789,60
4. (-) Custos Variáveis	190.786,16	230.904,85	307.193,37	424.098,25	626.473,11
5. (-) Juros s/ financiamento pretendido	11.392,33	9.715,29	6.993,01	4.228,13	1.484,54
(=) LUCRO ANTES IR/CS	90.595,43	125.892,18	179.919,32	288.845,17	433.075,95
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO ECONÔMICO</b>	<b>90.595,43</b>	<b>125.892,18</b>	<b>179.919,32</b>	<b>288.845,17</b>	<b>433.075,95</b>
6. (+) Custos Fixos não Monetários	17.789,60	17.789,60	17.789,60	17.789,60	17.789,60
(=) DISPONIBILIDADES	108.385,03	143.681,78	197.708,92	306.634,77	450.865,55
7. (-) Reposição financiamento pretendido	-	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00
<b>(=) SUPERAVIT/ (DÉFICIT)</b>	<b>108.385,03</b>	<b>116.181,78</b>	<b>170.208,92</b>	<b>279.134,77</b>	<b>423.365,55</b>

Fonte: autores a partir de dados da pesquisa (2015)

Para cálculo de um possível investimento, faz-se necessário analisar o tempo de retorno desse investimento, o que se consegue com uma análise de viabilidade financeira da empresa, onde se evidencia os índices dessa operação.

Para demonstração dessa análise, segue planilha da viabilidade econômica da empresa Preço Bom:

#### Tabela 2 – Viabilidade Financeira

ANÁLISE FINANCEIRA - Cenário Provável						
Indicadores Financeiros	ANO 0	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
FLUXO DE CAIXA	(190.000,0)	108.385,0	143.681,7	197.708,9	306.634,7	450.865,5
Valor Presente Líquido - VPL	542.368,03	anos				
Taxa Interna de Retorno - TIR	80,57%					
Custo Capital ou TMA	15,00%					
Payback Descontado	1,88					

Fonte: Autores a partir de dados da pesquisa (2015)

Para encontrar o valor presente do retorno utilizou-se a fórmula do valor presente, aplicando a taxa mínima requerida. Além disso, realizou-se a interpolação linear que obtivemos um payback descontado de 1,88 anos, tempo este que a empresa levará para obter retorno deste investimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordou-se sobre o Plano de Negócios, onde desenvolvemos o nosso próprio plano, no qual necessitou-se pesquisar e analisar cuidadosamente os dados e valores envolvidos, para chegar o mais próximo possível de um plano verdadeiro, conseguindo assim entender um pouco da dificuldade e da atenção que este exige, pois, um erro na elaboração deste plano é o que pode definir o sucesso ou insucesso da empresa. Através da elaboração e o estudo da parte teórica, é possível concluir que o Plano de Negócios, é o primeiro, e o mais importante passo para o desenvolvimento de uma empresa, pois ele envolve pesquisa de mercado, custos, estimativas de receitas, tempo de retorno do capital investido entre outros fatores importantes para que uma empresa consiga se manter no mercado. Conseguiu-se concretizar os objetivos, que tinha o intuito de elaborar um plano de negócios, com dados que fossem aproximados aos reais, ou seja, o cenário provável e realista, e assim conseguir desenvolver uma explicação prática e teórica, que pode servir de exemplo para as pessoas que ainda tem alguma dúvida em relação a um plano de negócios, ou que ainda não tiveram contato com um plano, e desejam futuramente abrir uma empresa. O presente trabalho tem grande relevância para esclarecer diversas dúvidas e medos, que existem, quando se trata de abrir uma empresa, e após essa elaboração constatou-se a importância de um plano bem elaborado antes mesmo de buscar sua efetiva implantação.

## REFERÊNCIAS

- Fonseca, J. V. F. da **Elaboração e Análise Projetos**: a viabilidade econômico-financeira. São Paulo: Atlas, 2012.
- Gomes, J. M. **Elaboração e Análise de Viabilidade Econômica de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2013.
- OLIVEIRA, L M; PEREZ JUNIOR, J H; SILVA, C A dos S. **Controladoria Estratégica**: textos e casos práticos com solução. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

# **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED: VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE\***

Gláucio Wianey Silva<sup>63</sup>

Zélia Maria Mirek<sup>64</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é uma inovação tecnológica cada vez mais próxima do cotidiano dos profissionais da contabilidade e traz evolução, praticidade e automação das rotinas dos contadores. O SPED também pode ser definido como um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos da escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único e computadorizado de informações.

## **2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS**

Identificar as vantagens e desvantagens do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED para os profissionais da contabilidade, apontando tecnologias que possibilitam o repasse das informações contábeis e fiscais aos órgãos públicos federais, estaduais, municipais, facilitando a entrega das obrigações acessórias, além de modernizar e otimizar a fiscalização tributária.

## **3 METODOLOGIA**

Quanto à metodologia, fez-se a opção pelo método hipotético dedutivo. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica, com base em material publicado em livros e artigos da internet sobre o assunto em estudo, que auxiliaram no alcance do objetivo proposto.

## **4 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED**

A contabilidade surgiu da necessidade de registro e controle do patrimônio, estando sua evolução associada ao desenvolvimento da sociedade, e segundo Borges e Miranda (2011) a tecnologia vem revolucionando e modificando a área contábil há décadas, proporcionando melhorias nos serviços e no atendimento aos clientes. Uma das maiores transformações é a criação do SPED que obriga os profissionais da contabilidade a se capacitar para a obtenção de novos conhecimentos.

O SPED teve origem na Emenda Constitucional nº 42/03, que determinou às administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios integração, compartilhando cadastros e informações fiscais (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Para o CFCo SPED é um software, onde as empresas mantêm e enviam informações de natureza fiscal, contábil e previdenciárias, bem como os Livros Fiscais, Comerciais e Contábeis, além das Demonstrações Contábeis.

A criação do SPED viabilizou soluções para atender as esferas do Governo Federal, Estadual e Municipal, realizando integração administrativa e fiscalização eficaz

---

<sup>63</sup>Especialista em Auditoria e Perícia - CNEC/IESA Santo Ângelo.

<sup>64</sup>Orientadora. Professora do curso de Ciências Contábeis CNEC/IESA Santo Ângelo.



ao promover “[...] maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações [...] com a [...] racionalização de custos [...]” (RECEITA FEDERAL, 2009). E representa uma maneira inteligente de utilizar a tecnologia para tornar mais eficiente a fiscalização e buscar a redução do índice de sonegação no País.

O SPED surge como ferramenta promissora para a modernização da atividade empresarial. Traz benefícios como a redução do custo das empresas com o armazenamento de documentos e atendimento no cumprimento das obrigações acessórias, do aperfeiçoamento do combate à sonegação, tem como consequência um aumento da arrecadação, pela diminuição da informalidade e aumento da base tributária.

Acarreta um avanço para a Contabilidade e caracteriza a transição do papel ao digital, gerando aumento na celeridade do processo, auxiliando no combate a sonegação. Possibilita o cruzamento de informações entre contribuintes, traz a simplificação das obrigações acessórias, a eliminação da digitação de notas fiscais, reduzindo erros de escrituração e custos com impressão, na aquisição de papel e armazenamento de documentos além de contribuir para o impacto ambiental.

## **5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SPED**

O SPED contribui para a redução dos custos com o armazenamento de documentos e na minimização dos encargos com o cumprimento das obrigações acessórias, com maior segurança (AZEVEDO E MARIANO, 2009). Entre as vantagens o SPED proporciona:

### **a) Fisco:**

- Maior integração entre os fiscos e melhor controle administrativo;
- Menor envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Melhoria na qualidade da informação com o consequente aperfeiçoamento dos processos de controle fiscal;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação.

### **b) Empresa:**

- Possibilita a melhoria e o aperfeiçoamento dos processos internos de faturamento e logística operacional;
- Descarta erros de escrituração no registro de NF-e e de entradas e saídas de mercadorias;
- Redução de custo com a racionalização das obrigações acessórias;
- Minimiza os custos administrativos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel.

### **c) Sociedade:**

- Preservação do meio ambiente com redução de consumo de papel;
- Redução do Custo Brasil;
- Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos entre empresas;
- Utilização de padrões abertos (Web Services, Internet).

As principais desvantagens do SPED são:

- Vulnerabilidade dos meios digitais;
- Aumento do cibercrime no ambiente mundial;
- Alto custo pra implantação do sistema;
- Falta de uma legislação específica para tratar de crimes virtuais.

Diante da era digital o profissional contábil vislumbra novas oportunidades, pois a informação pura não é conclusiva, não transforma a empresa, não toma decisões nem cria oportunidades. Para ter valor é preciso utilizar as habilidades humanas de análise e síntese (BARBOSA, ROSA E SASSO, 2011). Os autores afirmam que o aperfeiçoamento do contador não está limitado a parametrizar dados e entregar de arquivos. Está na transmissão de dados com qualidade que demonstre a realidade financeira, contábil e fiscal da empresa de forma que os usuários possam ter maior objetividade no processo de tomada de decisão.

## CONCLUSÃO

Com a implantação do SPED, os contribuintes não passarão mais as informações para cada um dos órgãos fiscalizadores em papel, e sim por meio de um sistema digital online. Os arquivos irão para uma base de dados única, e, serão compartilhados pelo fisco e demais órgãos autorizados. O Governo federal, os Estados e as instituições autorizadas poderão acessar diretamente o sistema, obtendo as informações desejadas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. R; MARIANO, P. A. – **Sistema Público de Escrituração Digital**. SP: IOB, 2009

BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Portal SPED, Brasília, 2009.

BARBOSA, A; ROSA, I. C; SASSO, A. **O Sped e seus reflexos na profissão contábil**. 2011. TCC. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Paraná.

BORGES, V. A. A. de S.; MIRANDA, C. C. F. A Contabilidade na era Digital. XIII Inic EPG e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – UNIVAP, São José dos Campos, out/2011.

\*Trabalho de Conclusão do curso de Especialização em Auditoria e Contábil sob a orientação da Profª Zélia Maria Mirek

# PORTAL DO TRABALHO: DISPOSITIVO DE INSERÇÃO DE ACADÊMICOS E EGRESSOS NO MERCADO DE TRABALHO

Marise Schadeck<sup>65</sup>

Zélia Maria Mirek<sup>66</sup>

Cássia Renata de Oliveira<sup>67</sup>

## INTRODUÇÃO

Para facilitar a inserção laboral, este projeto criou um dispositivo de orientação e apoio para os alunos do IESA, bem como egressos da graduação, servindo como um sistema de informação e ponte entre empresas da cidade e região a interessados em ingressar no mercado de trabalho, auxiliando-os na elaboração de currículos, oferecendo-lhes dicas para entrevistas de trabalhos e novas competências e exigências profissionais através de processos de aprendizagens efetuados em sala de aula.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Gerais

Desenvolver e manter um banco de currículos profissionais, atualizado com as informações pertinentes aos alunos e egressos da instituição, objetivando a inserção no mercado de trabalho dos acadêmicos e egressos; e Tornar visível aos empresários cursos de qualificação disponível no IESA, trazendo para dentro a instituição as empresas dispostas a formar parcerias entre ensino e prática.

### 2.2 Específicos

- Avaliar o desempenho da instituição através do acompanhamento da vida profissional dos egressos.
- Oferecer grupos de auxílio no desenvolvimento e elaboração de currículos, postura e diálogo nas entrevistas;
- Mostrar as empresas, por meio de estudos e pesquisas que o profissional sem experiência tem seu valor por estar buscando aperfeiçoamento, e que possivelmente estará mais interessado em garantir sua vaga, trabalhando mais motivado.

## 3 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para esta atividade consta das seguintes fases:

1º: Elaboração e análise do projeto;

2º Divulgação pelos alunos do projeto nas salas de aulas;

3º Cadastro de empresas;

4º: Elaboração dos currículos;

5º Dicas de entrevista de trabalho e demais informações sobre o ingresso no mercado de trabalho;

---

<sup>65</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>66</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>67</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

6º: Criação do banco de currículos;

7º: Análise dos resultados positivos e negativos.

## 4 RESULTADOS

A experiência tem sido satisfatória e apresenta resultados positivos. Apresentam-se os dados coletados de agosto de 2014 e até junho de 2015:

- 407 currículos de interessados
- 53 vagas ofertadas.
- 8 e-mails com dicas de entrevista de trabalho.
- 10 contratações nas mais diversas áreas.
- 31 empresas contribuem para o projeto enviando vagas de trabalho.
- 484 currículos enviados.
- 309 e-mails recebidos.
- 25 alunos envolvidos.
- 5 informações diversas.
- 2 professores envolvidos.



### 4.1 Impactos

Por tratar-se de um projeto inovador, tanto para a Instituição como para a cidade, o Portal do trabalho, de maneira simples busca colocar os acadêmicos dos cursos do IESA no mercado de trabalho sem custos tanto, para eles como as empresas cadastradas. Assim, torna-se uma ideia arrojada e inovadora que formou um variado banco de currículos de profissionais que estão em busca de novas oportunidades e de futuros profissionais que desejam ingressar no mercado de trabalho. É importante que se aponte que além da temática ser de cunho social, importantíssima para a inclusão dos acadêmicos e egressos, faz-se necessária à identificação da contratação deste tipo de colaborador a um programa de iniciação ao trabalho que trará valores agregados à imagem da empresa e consequentemente vantagens competitivas frente à concorrência.

Também impacta positivamente porque é avaliado semanalmente através do recebimento de currículos e recebimento de vagas das empresas cadastradas, bem como, o envio de currículos às vagas ofertadas. A procura e o acesso ao Portal do Trabalho podem ser considerados favoráveis, considerando a participação e o envio de currículos pelos alunos, assim como a disponibilização de vagas, por parte das empresas, o que denota a credibilidade e seriedade do projeto.

## CONCLUSÃO

Sabe-se que as instituições de ensino superior, dentre todos os seus objetivos, buscam acima de tudo, que seu acadêmico atual ou egresso consiga ingressar no mercado de trabalho com suas competências e habilidades desenvolvidas e somadas aos conhecimentos adquiridos no período de graduação. Para que isso ocorra há a necessidade de desenvolverem-se mecanismos, além daqueles já ofertados em sala de aula.

Este projeto proporcionou os acadêmicos e egressos a ingressarem no mercado de trabalho na cidade ou região, procurando servir como elo entre alunos e empresas, atendendo a necessidade de fornecimento de mão de obra qualificada. Para isso, informou às empresas locais e regionais a respeito do banco de currículos da instituição, fazendo com que as mesmas tenham interesse em buscar em nossos cursos os profissionais qualificados que procuram.

## REFERÊNCIAS

**Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: 2005.** – Mercado de trabalho – Brasília: MTE, AI, 2007.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego:** a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

**Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho:** reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo: DIEESE, 2011.

# **CONTABILIDADE COMERCIAL: DIVERSIDADE DE ESCRITURAÇÃO E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EM GERAL**

Bruna Letícia Oliveira<sup>68</sup>  
Francine Rodrigues Dornelles da Roza<sup>69</sup>  
Gustavo Ramos Pavão<sup>70</sup>  
Daiane Ribas Moraes<sup>71</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como propósito demonstrar as dificuldades apresentadas no exercício da assessoria contábil devido à diversidade dos procedimentos contábeis. No desenvolvimento deste estudo foi possível identificar as dificuldades apresentadas pelos escritórios contábeis no desempenho dos principais procedimentos de escrituração, nos departamentos fiscal, contábil e de pessoal de empresas cujas atividades principais sejam diversificadas e definir alguns métodos a serem adotados para diminuir as dificuldades decorrentes dessa diversidade dos procedimentos contábeis. Os objetivos da pesquisa foram observar a realidade e as dificuldades encontradas no dia a dia dos escritórios contábeis que buscam apresentar as informações mais reais e úteis possíveis a seus clientes. A metodologia empregada foi a aplicação de um questionário em cinco escritórios de contabilidade, além de uma pesquisa bibliográfica que discorre sobre as teorias referentes ao tema em questão.

## **2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

Este estudo tem por objetivo geral analisar as dificuldades apresentadas pelos escritórios de contabilidade ao assessorar empresas com ramos de atividades diversificados. Para atender ao objetivo proposto, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Entender a utilização da informação contábil nas empresas;
- Compreender as formas diversificadas de escrituração e procedimentos contábeis.
- Demonstrar as dificuldades encontradas pelos escritórios contábeis no desempenho da assessoria contábil.
- Correlacionar às dificuldades apresentadas pelos escritórios de contabilidade com as diversidades apresentadas nos procedimentos contábeis.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com base na classificação das pesquisas proposta por Gil (2002), este estudo se classifica como uma pesquisa bibliográfica e de campo pois foi realizada através de questionário com seis perguntas subjetivas aplicadas a escritórios de contabilidade, além de uma pesquisa qualitativa para demonstrar o grau de dificuldade dos escritórios no exercício da contabilidade.

---

<sup>68</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis, 6º período - CNEC/ESA.

<sup>69</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis, 6º período - CNEC/IESA.

<sup>70</sup> Acadêmico de Ciências Contábeis, 6º período - CNEC/IESA.

<sup>71</sup> Professora do curso de Ciências Contábeis- CNEC/ESA

## **4 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **4.1 Importância e obrigatoriedade da contabilidade**

O principal objetivo da contabilidade, segundo Santos et al (2011), é fornecer informações para auxiliar na tomada de decisão e para analisar a situação econômica e financeira de uma entidade. Almeida (2000) complementa que a informação contábil gerada, além de verídica e equilátera deve ser imparcial e relevante a fim de satisfazer as necessidades de seus usuários. Além disso, a contabilidade é exigida por lei, conforme o Art. 1.179 do código civil.

### **4.2 Diversidade contábil**

Os principais procedimentos contábeis que apresentam uma complexa diversidade são:

- Escrituração Contábil: É o processo de registro das movimentações e transações dos fatos econômicos e financeiros de uma entidade. Apresenta diversidades devido à forma sistemática de realizar os procedimentos.
- Enquadramento fiscal: Classificados em simples nacional, lucro real (trimestral, semestral ou anual), presumido e arbitrado. As empresas devem enquadrar-se em um dos regimes fiscais de acordo com a sua situação econômica.

Além de outros procedimentos trabalhistas e sistemáticos que segundo Santos et al (2011), apresentam diversidade contábil.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Por meio desta pesquisa, percebeu-se que as principais dificuldades encontradas pelos escritórios de contabilidade estão no desempenho da assessoria contábil quanto à complexidade fiscal e tributária, e na escrituração contábil, no que diz respeito a alíquotas, prazos, principalmente em casos específicos onde é preciso analisar a situação de cada cliente em relação ao enquadramento fiscal e adequação contábil. Destacam-se também as diversidades encontradas nas normas trabalhistas devido às convenções coletivas, além das normas se modificarem muito rapidamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste estudo foi possível observar a alta complexidade do exercício da assessoria contábil, tendo em vista que o serviço de contabilidade é disponibilizado às empresas de diferentes atividades e porte econômico/financeiro. Dessa forma os procedimentos contábeis se tornam cada vez mais diversificados podendo ocasionar maior dificuldade para assessorar essas empresas. Essas dificuldades podem resultar em alguns erros prejudiciais tanto para a empresa quanto para o escritório. De acordo com o estudo, as possíveis soluções para este problema é buscar o aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos contábeis, além de delimitar os tipos de empresas para disponibilizar o serviço de assessoria contábil a fim de evitar, dentro do possível, a diversidade contábil.



## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Código Civil. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

SANTOS, José Luiz, et al. Introdução à contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas 2011.

# **O MERCADO DE TRABALHO EM PERICIA CONTÁBIL PELOS CONTADORES DE SANTO ÂNGELO (RS)\***

Clauber Rodrigo Perkoski<sup>72</sup>  
Cristiane Pereira<sup>73</sup>  
Luciana Lunkes<sup>74</sup>  
Rosemary Gelatti<sup>75</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como objetivo identificar o perfil do mercado de atuação na área de Perícia Contábil na cidade de Santo Ângelo (RS). A metodologia empregada foi pesquisa de campo, através da aplicação de questionário aplicado pelo critério de acessibilidade a quinze Profissionais da Contabilidade. Dentre os resultados, destaca-se que apenas 27% dos profissionais que responderam a pesquisa atuam na área da Perícia Contábil, representando baixa atuação, sendo que aqueles que não atuam indicam que não têm interesse, que os honorários não são atraentes e possuem impedimentos legais, por se tratar de prerrogativa de Contador. Dentre as dificuldades de atuação na área selecionadas apenas pelos profissionais peritos, indicam o tempo dispendido, a complexidade dos cálculos e a dificuldade na obtenção de documentos. Conclui-se que a atuação dos profissionais na área é tímida, contudo para os novos profissionais surge como mercado de trabalho a explorar.

## **2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

O estudo tem por objetivo identificar o perfil do mercado de atuação na área de Perícia Contábil na cidade de Santo Ângelo (RS).

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo se classifica como uma pesquisa descritiva, sendo aplicada através de uma pesquisa de campo por meio de questionário composto por questões fechadas, sendo aplicado no período de 15 a 26 de junho de 2015 nos escritórios da cidade de Santo Ângelo (RS). O total de escritórios de contabilidade (pessoas físicas e jurídicas) é de 44, sendo que 22 foram pesquisados por acessibilidade, dos quais 15 profissionais responderam o questionário.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Dentre os resultados da pesquisa, destaca-se que apenas 27% atuam na área da Perícia Contábil, sendo que os demais profissionais não atuam na área. Para estes profissionais (73%), questionou-se os motivos de não atuar na área, cujas respostas constam no Gráfico 1.

---

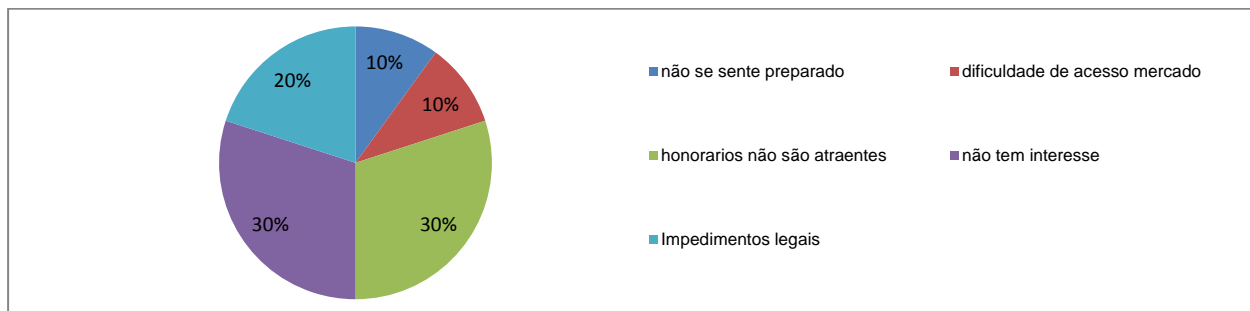
<sup>72</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis - CNEC/ESA.

<sup>73</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>74</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis – CNEC/IESA.

<sup>75</sup> Orientadora, Professora do curso de Ciências Contábeis - CNEC/IESA.

### Gráfico 1 – Motivos para não atuar na Perícia Contábil



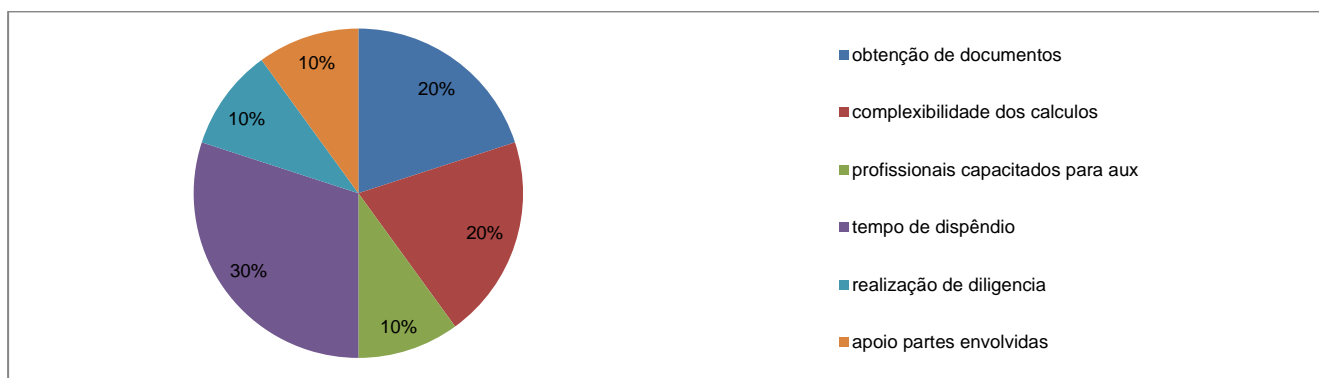
Fonte: Autores a partir de dados da pesquisa (2015)

Quanto ao impedimento legal, registra-se que a atividade de Perícia Contábil é restrita ao Contador, portanto o Técnico em Contabilidade estaria impedido desta atuação, pois trata-se de prerrogativa de Contador pela Resolução CFC Nº 560/83.

Prosseguindo a pesquisa apenas com os profissionais que atuam na área de Perícia Contábil, questionou-se quanto à participação do trabalho de perícia no faturamento do escritório, sendo que a pesquisa evidenciou que se mantém em até 10%, sendo realizado no máximo 10 processos judiciais mensais.

A respeito das dificuldades de atuação na área, a pesquisa indicou os resultados apresentados no Gráfico 2.

### Gráfico 2 – Dificuldades de atuação na Perícia Contábil



Fonte: Autores a partir de dados da pesquisa (2015)

Fica evidenciado que o tempo dispendido na realização da perícia (30%) é um dos fatores mais indicados como dificuldade na realização do trabalho, seguido da complexidade nos cálculos (20%) e obtenção e documentos (20%).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste estudo foi possível identificar características do mercado de trabalho da perícia na cidade de Santo Ângelo (RS), sendo que dos profissionais que responderam a pesquisa (15), apenas 27% dos profissionais atuam

como Perito Contador. Indicaram como dificuldades na realização dos trabalhos de Perícia Contábil com maior incidência o tempo despendido, a complexidade na elaboração dos cálculos e a dificuldade na obtenção de documentos. Por outro lado, aqueles profissionais que não atuam na área, justificam que não têm interesse, os honorários não são atraentes e também não se sentem preparados.

A Perícia Contábil em geral é exercida de forma conjunta com demais serviços contábeis, contribuindo no faturamento da organização, mas ainda é um mercado a explorar, haja vista a baixa participação dos Contadores de Santo Ângelo que participaram na pesquisa.

Quanto a futuros estudos, sugere-se expandir a amostra de profissionais para outras cidades da região, de modo a obter o panorama do mercado de atuação da Perícia Contábil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC Nº 560/83**. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1983/000560](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1983/000560)>. Acesso em 06 de junho de 2015.

\*Estudo realizado no componente **ECS III** sob a orientação da Profª Rosemary Gelatti.

# PROFISSIONALIZAÇÃO: UM ESTUDO EM PEQUENAS EMPRESAS FAMILIARES

Renata Francieli Gonçalves<sup>76</sup>

Daniel Knebel Baggio<sup>77</sup>

## INTRODUÇÃO

Como um primeiro olhar, esse estudo abrange as pequenas empresas familiares. Desta maneira, evidencia-se os procedimentos de gestão, os quais originam-se da tomada de decisão do gestor. Isso ocorre, pois é ele quem lida com as diretrizes de atuação da empresa.

Na maioria das pequenas empresas familiares, não há um departamento específico que aborde o processo de profissionalização. Todavia, este ocorre subjetivamente. O intuito de pesquisar este tema em organizações tão peculiares origina-se do envolvimento dos membros da família na administração da empresa, os quais podem influenciar em seu andamento.

## 2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Este estudo tem por objetivo geral investigar o processo de profissionalização de uma pequena empresa familiar. Na sequência segue os objetivos específicos:

- ✓ Determinar o perfil dos gestores;
- ✓ Estabelecer como ocorrem as mudanças nas empresas pesquisadas.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza em nível como descritiva e seu método compreende uma abordagem qualitativa. Como critério de definição utilizou-se o Estatuto Nacional de Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (SEBRAE, 2014). Seu objeto de estudo são seis pequenas empresas familiares que constituem sede na cidade de Santa Rosa, nas quais os gestores das mesmas caracterizam-se como os sujeitos da pesquisa.

## 4 PROFISSSIONALIZAÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS FAMILIARES

No país, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) são as responsáveis por gerar um alto volume de renda e proporcionar condições de criação de novos empregos. Nesse preceito, Solomon (1986) argumentou a dificuldade em determinar um conceito de pequena empresa, pois suas características são determinadas pela existência de uma grande diversidade dessas organizações.

Há pequenas empresas que se caracterizam como familiares. As empresas familiares tratam da sobrevivência familiar, nas quais suas políticas de gestão são apresentadas como elementos subjetivos derivados da história da família proprietária e do contexto histórico vivido pelos seus membros (LODI, 1999; ANDRADE *et al.* 2013).

<sup>76</sup> Pesquisadora Mestre, contabil01@escritoriocontacerta.com.br.

<sup>77</sup> Professor Doutor da Unijuí, baggiod@unijui.edu.br.

A sucessão, o envolvimento de parentes e a própria profissionalização são aspectos relevantes das políticas deste tipo de empresa. Estas, ganham destaque nas pequenas empresas familiares.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A categorização das seis pequenas empresas familiares ocorreu por: enquadramento da empresa (Simples Nacional), número de funcionários (mínimo cinco), ramo de atividade (duas pertencentes ao comércio, duas da indústria e duas do serviço), faturamento anual (maior que 500.000,00). Um dos aspectos considerados na escolha das empresas se deu pelo tipo de empresa, caracterizada por familiar.

Foi possível compreender que as mudanças ocasionadas nas seis pequenas empresas familiares se originaram de maneira intuitiva, pois levaram em consideração o relacionamento entre as pessoas. Diante do exposto, pode-se compreender que dos seis gestores, apenas um não possui um perfil flexível e sim, características de uma gestão altamente burocrática. Desta maneira, evidenciou-se que o perfil do gestor de pequenas empresas familiares influencia no processo de profissionalização da empresa, pois é ele quem determina as políticas da organização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa perspectiva, foi possível concluir que este tipo de empresa apresenta características que remetem a um cenário de competitividade, o qual ocasiona mudanças internas no ambiente organizacional. Pode-se confirmar esse resultado através do diálogo que ocorreu com os gestores, os quais relataram as divergências que precedem no processo de profissionalização de suas empresas.

Em pequenas empresas familiares, o perfil de seu gestor remete a influências na gestão da empresa. Essas informações tornam-se condescendentes com o estudo, pois através das entrevistas realizadas com os gestores de seis empresas, comprovou-se que eles se tornam os responsáveis em determinar o andamento da organização.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. M.; LIMA, J. B.; ANTONIALLI, L. M.; LEITE FILHO, G. A. Estudo dos fatores que determinam a formação do capital social familiar em empresas familiares na região sul de Minas Gerais. **Revista de Administração**. SP, v. 48, n. 3, p. 426-439, 2013.
- LODI, J. B. **Fusões e aquisições: o cenário brasileiro**. RJ: Campus, 1999.
- SEBRAE. **Critérios de classificação de empresas: EI – ME – EPP**. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?Vcdtexto=4154>. Acesso em: 25 abril 2014.
- SOLOMON, S. **A grande importância da pequena empresa: a pequena empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo**. RJ: Nórdica, 1986.

# APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DO GUIA PMBOK PARA GERENCIAMENTO DO PROJETO CONTÊINER SUSTENTÁVEL

Franciele Menegon<sup>78</sup>

Junior Fontana<sup>79</sup>

Karise Siveris<sup>80</sup>

Loana Wollmann Taborda<sup>81</sup>

## INTRODUÇÃO

A promoção da conscientização ambiental na sociedade vem ganhando força. E com esse intuito o presente estudo foi desenvolvido para atender a necessidade de ampliação dos pontos de coleta de materiais recicláveis, referente ao Projeto Lixo no Lixo da CNEC/IESA, a fim de aumentar o grau de sensibilização e capacitação a respeito das questões ambientais.

## 2 OBJETIVO

Desenvolver um contêiner promovendo o desenvolvimento sustentável, aplicando as boas práticas de projeto e possibilitando a integração dos acadêmicos, o desenvolvimento do espírito de equipe e organização, além de estimular a liderança e conscientizar sobre a importância da coleta seletiva do lixo.

## 3 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido na disciplina de Elaboração e Avaliação de Projetos no curso de Ciências Contábeis CNEC/IESA. No que se refere a abordagem, a pesquisa tem caráter quantitativo por tratar com valores e números para determinação da duração do projeto. Também apresenta uma abordagem qualitativa no que se refere ao envolvimento dos estudantes na preservação do meio ambiente. A técnica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa compreende as boas práticas de projeto do Guia PMBOK. Para atingir o objetivo proposto o método está descrito em cinco fases

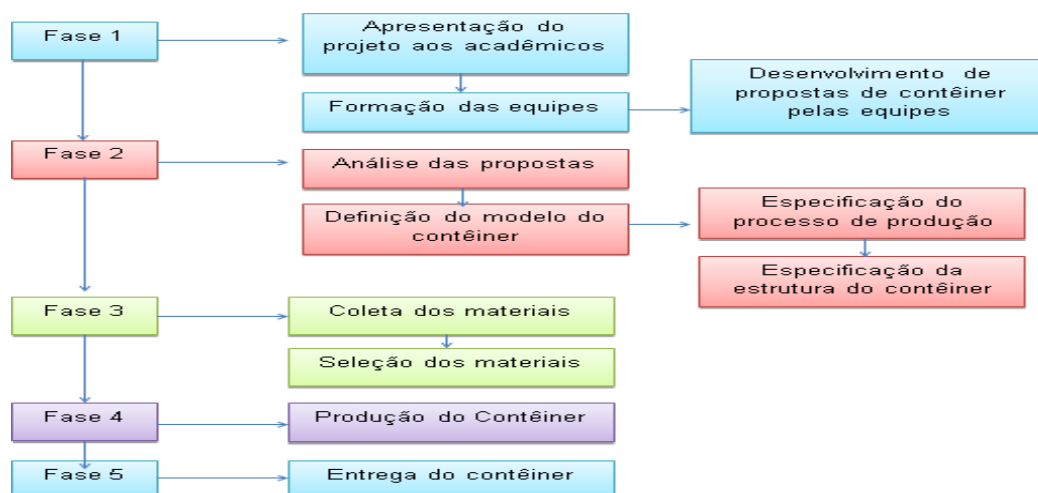


Figura 1: Estrutura Analítica do Projeto – EAP

<sup>78</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis - CNEC/IESA.

<sup>79</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis - CNEC/IESA.

<sup>80</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis - CNEC/IESA.

<sup>81</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis - CNEC/IESA.



#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da elaboração da lista de atividades determinou-se o tempo de duração e identificou-se as precedências de cada atividade, como pode ser analisado no quadro 1

Atividade		Descrição	Precedência	Duração
A	1	Coletar litros de 2 litros	-	6
B	2	Preparação dos litros	A	6
C	3	Preparação do pallet de madeira	-	4
D	4	Montagem do pallet	C	32
E	5	Montagem das colunas de litros	B	4
F	6	Montagem das colunas de litros no pallet	D, E	4
G	7	Montagem do cesto interno	-	16
H	8	Identificação do contêiner	-	8
I	9	Entrega do contêiner sustentável	F, G, H	0,25

As atividades A, C, G e H não possuem precedências (Quadro 1). Já a atividade B depende que a atividade A seja finalizada para iniciar a atividade B; o mesmo acontece com a atividade D, que depende da finalização da atividade C; a atividade E depende da finalização da atividade B; já a atividade F depende das atividades D e E; e por fim, a atividade I depende da finalização das atividades F, G e H. Identificadas às precedências desenvolveu-se a rede PERT/ CPM e identificou-se as atividades pertencentes ao caminho crítico do projeto, bem como determinar a duração do projeto (Figura 2).

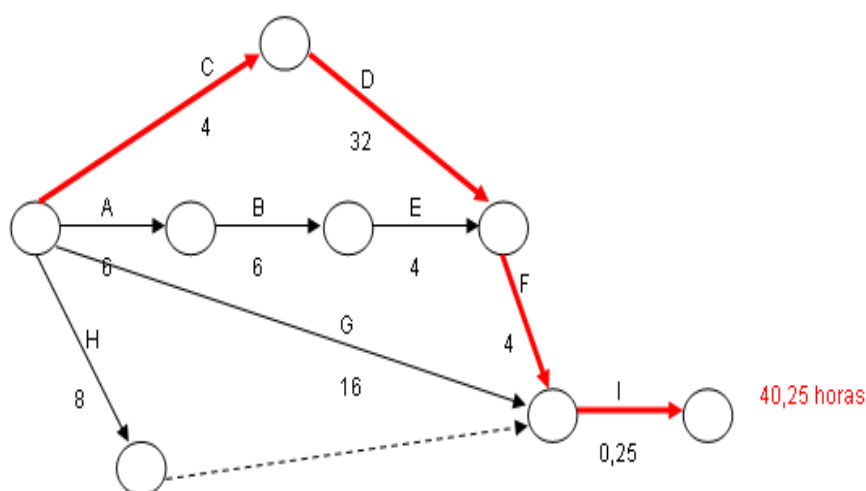


Figura 2: Diagrama Pert/CPM do projeto contêiner sustentável, indicando o caminho crítico e a duração do projeto

Na Figura 2 é possível identificar as atividades pertencentes ao caminho crítico do projeto, sendo elas: C, D, F, I. Essas atividades (C, D, F, I) são consideradas críticas, pois entre elas não existe folga, qualquer atraso nessas atividades, atrasará todo o projeto. Ainda, na Figura 2, somando a duração das atividades críticas ( $4+32+4+0,25$ ), determinou-se a duração do projeto em 40,25 horas. A Figura 3 apresenta os contêineres produzidos, um para coleta de plásticos e outro para metais descartados.



Figura 3: contêineres para coleta de plásticos e metais

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do contêiner utilizando materiais recicláveis foi satisfatório, além de aumentar o grau de sensibilização e capacitação da sociedade acadêmica a respeito das questões ambientais. Através da aplicação das boas práticas de gerenciamento de projetos foi possível a determinação da duração do projeto em 40,25 horas e, ainda, foi possível monitorar as atividades pertencentes ao caminho crítico (C,D,F,I) para que as mesmas não atrasassem e consequentemente atrasassem todo o projeto.

## REFERÊNCIAS

LOVATO, A. **Metodologia da pesquisa**. Três de Maio: SETREM, 2013, 272 p.

Project Management Institute, PMI. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos** (Guia PMBOK®). 5 ed. PMI: 2013.